



OLISIPO

BOLETIM
TRIMESTRAL
DO GRUPO
"AMIGOS DE LISBOA"



ANO XVII — N.º 66

ABRIL DE 1954

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Província
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda

Director geral

*Eng. Rolando Lucena Baptista
de Sousa*

Representação em Luanda

Representante

*Cap. Mário Augusto
da Costa*

OFICINA DE TORNEIRO DE METAIS

DE B. DIAS & DIAS, LDA.

Trabalhos de Funlleiro
e Construção Civil



Instalações para Água,
Gás e Electricidade

Todos os artigos referentes a Folha Branca — Esquentadores para gás e petróleo
Lavatórios — Retretes — Bidés — Banheiras — Lava-louças de vários sistemas — Candeeiros
para Electricidade e Gas — Camisas, Chaminés e Lâmpadas de todas as marcas
Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua Indústria — Colocação de Bombas e Consertos
Rua Nova da Trindade, 11-F, — Telefone 22648 — LISBOA

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de África

SEDE
RUA DO COMÉRCIO, 35
LISBOA

SUCURSAL
RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e Africa Oriental,
Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Moçambique»	18.220 Ton.	«Sofala»	18.520 Ton.
«Angola»	18.250 »	«Moçâmedes»	12.990 »
«Quanza»	11.550 »	«Rovuma»	12.990 »
«Luabo»	3.030 »	«S. Thomé»	12.550 »
«Zambézia»	3.538 »	«Nacala»	5.130 »
«Lúrio»	3.538 »	«Tagus»	2.320 »
«Índia»	11.400 »	«Angoche»	1.950 »
«Timor»	11.400 »		Em construção
«Save»	2.680 »	«Niassa»	10.000 Ton. D. W.

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

Telef. 2 0244

Teleg. PAPELCAR

PAPELARIA CARLOS

DE — CARLOS FERREIRA, L. DA

34, RUA DO OURO, 38

LISBOA

Especialidade em livros para ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para DESENHO E ESCRITÓRIO

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA



FOTÓLITO
DESENHO

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 2 1368 2 1227



Camilo Castelo Branco

O mais apreciado e o mais português
de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras
em 80 volumes

Conheça, Leia, Aprecie Divulgue

CAMILO

EDIÇÕES DA

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA

RUA AUGUSTA, 44 a 54

Telef. 31730 End. teleg. PARCEPEREIRA

AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros,
prefiram a conhecida Companhia

Inglesa

LEGAL & GENERAL

com Sede em PORTUGAL na
Avenida dos Aliados, 58
PORTO

Em LISBOA
Rua do Alecrim, 38-2.º

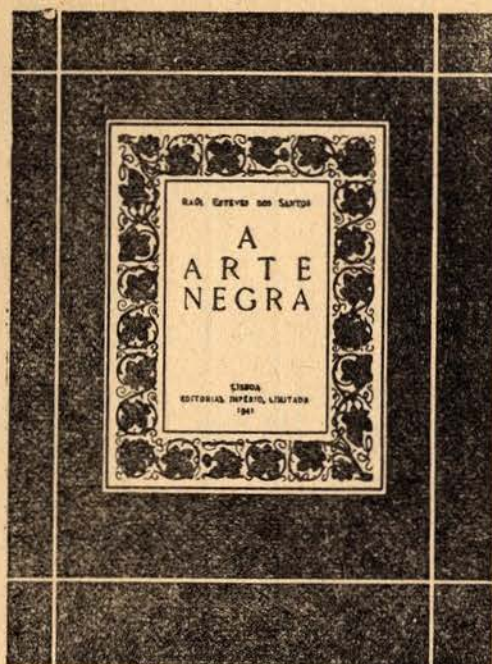
FOGO—ACIDENTES
PESSOAIS — CRISTAIS

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos,
para bem servir os fumadores



«A ARTE NEGRA» — Dos primitivos processos da escrita à invenção da tipografia

DESTA EDIÇÃO FEZ-SE UMA TIRAGEM DE 1.000 EXEMPLARES EM PAPEL «VERGÉ» E 100 EXEMPLARES EM PAPEL «PLUMA», DESTINANDO-SE AO MERCADO 400 EXEMPLARES EM «VERGÉ» E 50 EM «PLUMA», TODOS NUMERADOS E RUBRICADOS PELO AUTOR

PEDIDOS ÀS LIVRARIAS OU À EDITORIAL IMPÉRIO, LDA.
151, Rua do Salitre, 155
LISBOA

COMPRAMOS

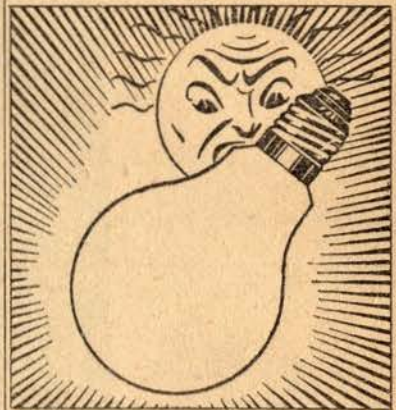
LIVROS DE BONS AUTORES

—
GRANDES E
PEQUENAS
QUANTIDADES
—

Livraria Garrett, 36

L I S B O A

ZENITH



SOL EMITE

A marca mundial

UN PRODUTO SUECO DE QUALIDADE

FRIGORÍFICOS
ASPIRADORES—ENCERADORAS
MÁQUINAS DE COZINHA
MÁQUINAS PARA LAVANDARIAS

ELECTROLUX, L.^{DA}

LISBOA

SEDE E EXPOSIÇÃO
R. Pascoal de Melo, 7
Telefs.: 56115 — 4 linhas

EXPOSIÇÃO
Av. da Liberdade, 141 1.º
Telefs.: 28246/32901



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

LOTARIA

EXTRACÇÕES SEMANAIS

Prémios maiores. { 1.000 contos
100 contos
50 contos

a 11 de Junho de 1954 — Extracção da 1.^a lotaria
extraordinária do ano (SANTO ANTÓNIO)

Prémios maiores. { 5.000 contos
500 contos
250 contos



Os lucros líquidos revertem para a Santa
Casa da Misericórdia de Lisboa e
demais instituições de assistência
pública, nos termos da legis-
lação em vigor

Porcelanas da Vista Alegre

Já há seis gerações que os lisboetas as apreciam

LARGO DO CHIADO, 18 — LISBOA

Adega MESQUITA

de

Domingos Mesquita & Filho

FADOS E GUITARRADAS



TODAS AS NOITES

RUA DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 107
TELEFONE 28307 • LISBOA

Edições da "PORTUGÁLIA"

SOBRE LISBOA



A CARAVELA E OS CORVOS

por SUSANNE CHANTAL. — OS
oito séculos da história da Capital,
num encantador livro de 500 páginas
30\$00

A NOSSA LISBOA

por MATOS SEQUEIRA e PAS-
TOR DE MACEDO. — Prémio «Jú-
lio de Castilho» da C. M. L.
40\$00

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por NORBERTO DE ARAÚJO e
ANTÓNIO SOARES.
Edição portuguesa 15\$00
Edição francesa 15\$00
Edição inglesa. . . . 15\$00



A venda em todas as Livrarias

OURIVESARIA DA GUIA

FUNDADA EM 1875

No seu sortido de pratas apresenta as mais belas cópias de modelos antigos
Serviços — Serpentinhas — Salvas e Tabuleiros

Rua Martim Moniz, 2-10 — Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 (Junto à Capela de N.ª S.ª da Saúde)
LISBOA

Oferta

M.

27. JUL. 1983

LISBOA

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XVII

ABRIL DE 1954

NÚMERO 66

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

Edição e Propriedade do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administ.: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º — Telefone 2 5711

Comp. e imp. na «Editorial Império, Lda.» — Rua do Salitre, 151/155



SUMÁRIO

	Pág.
Algumas achegas para a História da defesa de Lisboa, por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	63
Comemoração Vicentina dos «Amigos de Lisboa» (Conferência, na sede, pelo Sr. Padre Correia da Cunha, no dia do Padroeiro da Cidade)	76
Grupo «Amigos de Lisboa» — Assembleia Geral de 1954 — Relatório da Junta Directiva referente ao ano de 1953	95
Actividade Cultural no último trimestre — <i>E. N.</i>	104
Feira da Ladra	106

NA CAPA — O Arco Escuro, da Cerca Moura, visto do lado interior, do beco que liga à Rua das Canastras

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

ALGUMAS ACHEGAS PARA A HISTÓRIA DA DEFESA DE LISBOA

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

TERMINADA a guerra da sucessão e celebrado, em 1713, o tratado de paz com a França, ao qual só dois anos depois se veio juntar o da paz com a Espanha, decidiu D. João V, que na vigência daquela campanha tinha promulgado medidas atinentes a dar nova e melhor forma ao exército português, reduzir os efectivos deste ao que considerou como estritamente indispensável para o guarnecimento das praças fronteiriças (Decreto de 20-8-1714).

A circunstância daquele monarca ter sido, ao que parece, pouco afeiçoado às coisas militares, aliada aos longos ócios de paz com que decorreu o seu reinado, muito contribuíram, certamente, para que os problemas da defesa nacional não tivessem sido objecto da atenção que mereciam e de que necessitavam. E, assim, é que, como vamos ver, as fortificações que defendiam Lisboa chegaram, por força do abandono a que foram votadas, ao mais crítico estado de conservação, nalgumas bem próximo de completa ruína.

Em 14 e 24 de Abril de 1751, portanto a menos de um ano da subida ao trono do rei D. José e da nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, determinava o general e estribeiro-mor D. Diogo de Noronha — terceiro filho do marquês de Angeja D. António de Noronha de Albuquerque e Sousa e marquês de Marialva e conde de Cantanhede pelo seu casamento com D. Joaquina Maria Madalena da Conceição de Meneses — que se procedesse a rigorosa inspecção das praças, fortalezas e fortes que compunham o sistema defensivo de Lisboa e do seu porto. O relatório respeitante àquele trabalho encontra-se no Arquivo Histórico Militar — colecção do Conde de Lippe, caixa 1, pasta 11, doc. 31 — e é constituído por dois cadernos, dos quais um traslado de parte do outro e dando ambos a impressão de se tratar de minutas. Nem um nem outro estão assinados. Apenas num deles figura a assinatura de Eugénio dos Santos Carvalho subscrivendo o

trecho referente à vistoria efectuada a S. Julião da Barra. No entanto estamos convencidos que o restante trabalho foi levado a efeito por aquele official engenheiro dela, não só pela semelhança caligráfica com os outros trechos do mesmo caderno, mas, também, por muito se assemelhar a forma como todos estão redigidos.

O relatório é bastante circunstanciado e inclui o orçamento da despesa que haveria a efectuar com os trabalhos de reconstrução e reparação tidos como necessários e indispensáveis.

A defesa marítima de Lisboa era, então, constituída pelos fortes da *Repartição de Lisboa*, margens norte e sul do Tejo; pelos da *Repartição da Praça de Cascais*, «da parte de dentro e da de fóra», e pelos da *Repartição de Setúbal*.

A primeira incluía, quanto à margem norte:

- Forte de S. Francisco de Xabregas;
- » da Cruz da Pedra;
- » de Santa Apolónia;
- Fortim da Ribeira;
- Baluarte de S. João do Terreiro do Paço;
- Forte do Corpo Santo;
- Fortim dos Remolares;
- » de S. Paulo;
- Forte de S. João de Deus, e
- » do Sacramento.

E quanto à margem sul:

- Fortaleza de S. Sebastião da Caparica ou Torre Velha;
- Forte da Trafaria, e
- » de S. Lourenço da Cabeça Seca ou Torre do Bugio.

A segunda — *Repartição de Cascais* «da parte de dentro» — incluía:

- Forte de S. João da Junqueira;
- » de S. Pedro da Estrela;
- Torre de S. Vicente de Belém;
- Forte de N.^a Sr.^a da Conceição de Pedrouços;
- » de S. José de Ribamar;
- » de Santa Catarina ou da Cruz Quebrada;
- » de N.^a Sr.^a da Boa Viagem;
- » de S. Francisco;
- » de N.^a Sr.^a do Vale de Caxias;
- » de S. Bruno;
- » de N.^a Sr.^a de Porto Salvo;

- Forte de S. Pedro de Paço d'Arcos;
- » de S. João Baptista das Maias;
- » de Santo Amaro da foz de Oeiras;
- Fortaleza de S. Julião da Barra;
- Forte de S. Domingos de Rana, chamado do Junqueiro;
- Fortaleza de Santo António da Barra;
- Forte de S. João;
- » de S. Teodósio;
- » da Cruz de Santo António;
- » de Santo António;
- » de S. Roque, e
- » dos Inocentes.

E «da parte de fora» :

- Forte de Santa Catarina;
- Praça de Cascais;
- Fortaleza de N.^a Sr.^a da Luz;
- Forte de Santa Marta;
- » de N.^a Sr.^a da Guia;
- » de S. Jorge de Baixo;
- » de S. Brás de Sanchete;
- » do Guincho;
- » da Roca;
- » de Santa Maria de Magoito, e
- » de N.^a Sr.^a da Natividade da Vila da Ericeira.

A terceira — Repartição de Setúbal — incluía :

- Forte de S. Pedro da Foz;
- » de N.^a Sr.^a da Guia;
- » de S. Domingos da Baralha;
- Fortaleza de S. Teodósio da Ponta do Cavalo;
- » de S. Tiago de Sesimbra;
- Forte da Arrábida;
- Torre do Outão;
- Fortaleza de Albarquel;
- Castelo de S. Filipe;
- Praça de Setúbal;
- Forte de N.^a Sr.^a das Salas;
- Praça de Sines;
- Fortaleza de N.^a Sr.^a do Queimado da ilha do Pelageiro, e
- » de Vila Nova de Milfontes.

Descreve o relatório, detalhadamente, o estado em que cada uma das fortificações se encontrava e indica as obras que seriam necessá-

rias. Assim, pelo que respeita à Repartição de Lisboa, só se encontrava em bom estado por ter sido consertado de novo — certamente devido à vizinhança próxima do Paço da Ribeira — o baluarte de S. João do Terreiro do Paço. Careciam de grandes reparações o forte da Cruz da Pedra, com os restos da muralha em perigo de cair, e o de Santa Apolónia, também com as muralhas arruinadas e o terreno das baterias abatido por acção das águas do rio. No de S. Francisco de Xabregas os estragos eram menores, mas o do Corpo Santo estava ocupado com estâncias de madeiras, o dos Remolares tinha uma parte enterrada e encontrava-se quase reduzido às casas em que, no corpo da guarda, morava João Jorge Fostener. O fortim de S. Paulo achava-se «confuso» (?) com casas da vedoria e sobre parte dele estava fundado um armazém da «casa das obras» e umas casas do desembargador do Paço Inácio da Costa Quintela. O forte de S. João de Deus em estado de ruína pela parte do mar, sem parapeitos, corpos de guarda e plataformas. Encontrava-se, além disso, na quase completa posse dos padres do vizinho convento. Quanto ao fortim da Ribeira e ao forte do Sacramento, o relatório nada diz.

Na margem sul a situação também não era brilhante. As obras na Torre Velha eram orçadas em 3 contos de réis. No forte da Trafaria e na Torre do Bugio também se tornavam necessárias obras urgentes de reparação e consolidação.

No tocante à Repartição de Cascais, «da parte de dentro», achavam-se consertados de novo os fortes de S. Pedro da Estrela, de N.^a Sr.^a da Conceição de Pedrouços, de Santa Catarina, de N.^a Sr.^a da Boa Viagem, de S. Francisco, de S. Bruno e de N.^a Sr.^a de Porto Salvo. Todos os restantes careciam de obras de certo vulto, incluindo as «trincheiras» que ligavam uns aos outros, os de S. Teodósio, Santo António, S. Roque e Inocentes. Dentre todos destacava-se a fortaleza de S. Julião da Barra, cuja reparação — grande nau grande tormenta — era orçada em 50 contos de réis. O estado lastimoso em que se encontrava é assim descrito por Eugénio dos Santos Carvalho:

«A muralha que sustenta a bateria da Praça de Armas se acha arruinada por o mar se lhe ter introduzido por entre a rocha, escarnando-lhe e levando-lhe toda a terra e separando e consumindo-lhe a mesma pedra. Chega a água a penetrar o dito sítio até junto à porta da muralha velha dentro em uma casa subterrânea que fica distante mais de cento e trinta palmos de muralha por onde entra e sai a mesma água por uma rutura que tem feito, no mesmo sítio, com tanta fúria que alaga os referidos subterrâneos.

A muralha que sustenta a bateria do Perdigão está ameaçando ruína, porque o ângulo da espalda do baluarte que sustenta a referida bateria se lhe ter separado e levado o rochedo que lhe serve

de base, e também várias ensilharias da mesma muralha. Quase no mesmo estado se acha a bateria dos Apóstolos, mas com muito mais ensilharias abaladas, demolidas, e levadas do mar.

A muralha da bateria de S. Tiago ainda padece maior ameaço de ruína que, sem dúvida, irá crescendo à medida da demora que houver em concertar a que já tem, porque o mar lhe separou, e arrancou, os rochedos que lhe estavam unidos e serviam de base à mesma muralha, e desta uma grande parte da ensilharia com que se reveste.

A muralha que faz entrada coberta e devia fazer esplanada e fica defendendo o porto, a que na fortaleza chamam escarpas, tem o mar arruinado e feito uma grande concavidade despegando-lhe e levando-lhe as ensilharias, com que a dita muralha é revestida, e os entulhos com que se forma o seu parapeito à prova de canhão. E todo o recinto da parte do mar que não é revestido de ensilharias se acha com os rebocos desfeitos e as paredes com algumas cavidades que o mar e o tempo tem comido, e da mesma forma se acham grande parte dos parapeitos do mesmo recinto e todos sem competente resistência ao tiro de artilharia.

As portas do mar, porta falsa e ponte levadiça, que ficam junto ao porto, e assim mais cinco portas na serventia principal da fortaleza com rastilho e ponte levadiça, tudo de madeira, se acham tão arruinadas que não admitem concerto e se deve fazer tudo de novo.

As casas do governador se acham arruinadíssimas por falta de paredes, telhados, madeiramentos e portas, e quase da mesma forma se acham os quartéis que estão cobertos com telhados e formados sobre casas e quartéis subterrâneos que se acham entulhados e sem uso. Os quartéis e mais oficinas da fortaleza que estão cobertos com abóbadas, que sustentam alguma parte das baterias, também padecem ruína por se lhe introduzirem as águas pelas juntas dos lagedos que cobrem as mesmas baterias, e todas devem ser novamente escarnadas e betumadas.

Os armazéns do corpo da guarda e das munições de artilharia, casas que servem de prisão e as mesmas casas do corpo da guarda se acham umas com notável ruína e outras já em termos de se não poderem habitar por falta de madeiramentos, telhados, tarimbadas e portas, com que se devem guarnecer e fechar.

As cisternas que nesta fortaleza são muitas e bem construídas se acham todas rotas e esvaídas, e da mesma forma os canos que lhe introduzem a água dentro.

Para acudir a todas estas ruínas reedificando tudo de novo

me parece se fará a despesa de cincoenta contos de réis, dando-se-lhe logo princípio, porque tanto mais tempo se demorar o conserto dela tanto maior será a despesa que com esta reedificação se há-de fazer».

Na marinha da «parte de fora» de Cascais necessitavam de pequenos consertos os fortes de Santa Catarina, Santa Marta, N. Sr.^a da Guia, S. Brás de Sanchete e Guincho. A Praça de Cascais, a fortaleza de N. Sr.^a da Luz, o forte de S. Jorge de Baixo, o da Roca, o de Santa Maria de Magoito e o de N. S.^a da Natividade, requeriam obras de certa importância.

As fortificações da Repartição de Setúbal, tão intimamente ligadas à defesa de Lisboa, também se encontravam, na sua maioria, em deploráveis condições.

Por nos parecer bastante curioso transcrevemos o trecho do relatório respeitante ao forte de S. Pedro da Foz:

«Se acha este forte inteiramente arruinado porque sendo edificado sobre um banco de areia, sem aquelas cautelas e fundamentos competentes para a sua segurança, correu o dito banco para a parte do mar, desligou e despedaçou todo o forte e virando varias posições dele com o alicerce para cima nem deixa bem conhecer a ordem e feitio que conservava. O sitio em que este forte se achava construido se deve atender com a maior circunspecção por ser a defesa daquela praia, que lastimosamente tem sido muitas vezes desembarque dos mouros, com grande aflicção e perda daqueles pequenos lugares das Aguncheiras. A uns lhe tem estes inimigos levado cativos as mãis, e a outros os pais e mulheres, e em varias ocasiões se tem visto os mesmos inimigos fazendo aguada em uma fonte de bellissima agua que ha na mesma praia, sem que naquella parte haja defesa alguma de que possam amparar-se os aflitos moradores daquele sitio. Não faço orçamento do que poderá custar este forte, por se necessitar primeiro fazer projeto do que se hade fazer para boa defesa daquele lugar».

Em bom estado, por terem sido recentemente reparados, os fortes de N. Sr.^a da Guia, e o de S. Domingos da Baralha, e com as as obras quase terminadas o forte da Arrábida e o Castelo de S. Filipe. Requeriam obras já de certo volume a fortaleza de S. Teodósio da Ponta do Cavalo, a de S. Tiago de Sesimbra, o forte de N. Sr.^a das Salas, a praça de Sines, a fortaleza de N. Sr.^a do Queimado, na ilha do Pelageiro e a de Vila Nova de Milfontes. De grandes reparações careciam a Torre do Outão, cujo orçamento atingia 22 contos de réis, e a fortaleza de Albarquel. Nas mesmas condições estava a Praça de Setúbal. As obras nos baluartes de S. Francisco, de N. Sr.^a do Livramento e de N. Sr.^a da

Conceição eram estimadas em 25 contos de réis. No segundo faltava até acabar a construção dos parapeitos e baterias numa face e flanco. Era necessário ainda transferir para local menos perigoso o armazém da pólvora, envolvido por casas de moradia e em estado de total ruína.

A despesa orçada com todas as obras propostas no relatório atingia a verba, bastante elevada para a época, de 137.470\$000 réis. Daquela verba 63.330\$000 réis destinavam-se à Repartição de Setúbal e 74.140\$000 réis às de Lisboa e de Cascais.

Não sabemos se alguma ou algumas das obras propostas chegaram a ter execução, apesar de em 7 de Fevereiro de 1752 ter baixado um Alvará ordenando e metodizando as despesas com as fortificações do reino. E se alguns trabalhos foram levados a efeito o terremoto de 1755, nomeadamente no tocante à área de Lisboa e proximidades imediatas, não poupou certos fortes aos seus terríveis efeitos. E, mais tarde, como consequência da reconstrução da capital, desapareceu o pouco que de alguns tinha restado.

Sebastião José de Carvalho e Melo, que no começo da sua acção governativa havia posto em execução algumas providências tendentes a melhorar a situação dos meios necessários à defesa nacional, era, como parece provado, pouco propenso aos assuntos militares e de certo modo adverso a qualquer ostentação de força nas suas relações com as potências estrangeiras. Por isso, e a despeito daquelas providências, a verdade é que, nos fins de 1761, já quando se descortinavam os iniludíveis sintomas de tormenta próxima, era ainda lastimosa a situação do nosso exército e deficientes os meios de defesa do país. As fortificações estavam quase inermes, na sua grande parte, e carentes de guarnições capazes. Para guarnecer as fortalezas das cercanias de Lisboa e os navios da armada dispunha-se, apenas, dos chamados *pés de castelo*, *presídios* e *troço de artilheiros*. Criou-se, então, um regimento de artilharia — o da corte — a dois batalhões com um efectivo total de 1.500 homens e para o qual foi destinada a Torre de S. Julião da Barra para aquartelamento. Não temos, por enquanto, conhecimento exacto do que em matéria de obras nas fortificações do sistema defensivo de Lisboa — próximo e avançado — se tenha feito durante a proximidade imediatamente anterior à campanha de 1762 ou no decorrer desta. Sabemos apenas que entre os fortes de S. Brás de Sanchete e do Guincho e sobre os rochedos que existiam na praia, que se estendia entre um e outro, foram, então, construídas três baterias destinadas a bater por flaqueamento as praias em questão. No mesmo ano foi, também, construída a bateria de N. Sr.^a das Mercês, igualmente chamada do Catalazete, a nascente da Torre de S. Julião e para reforçar a acção desta na defesa da barra.



Depois da campanha de 1762 seguiu-se, em Portugal, um novo e longo período de paz, durante o qual voltou a afrouxar o interesse pelos assuntos militares. A partir de 1789, e quando os acontecimentos em França já deixavam entrever que nova borrasca atingiria o país, voltou a defesa marítima de Lisboa a merecer a atenção dos poderes públicos. Era, então, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho.

Em 14 de Janeiro de 1791 apresentava o coronel de engenheiros Romão José do Rego, relatório ⁽¹⁾ do reconhecimento que havia efectuado à linha de fortes existentes desde a Torre de Belém até ao Cabo da Roca e que dividia em «três porções de terreno» ou sectores, como hoje se diz. Na primeira, que se estendia de Belém até S. Julião da Barra, o forte das Maias encontrava-se em reconstrução, o de Santo Amaro já reparado e em obras a bateria de N. Sr.^a das Mercês. Na segunda, de S. Julião a Cascais, o forte de Santo António, então chamado também «Forte Velho», achava-se reedificado de novo. Entre este e o de S. Domingos viam-se restos de diversas fortificações. No terceiro sector, o forte de N. Sr.^a da Guia, a um quarto de légua da Praça de Cascais, tinha contíguas duas flexas construídas, segundo dizia, para defenderem «uma lagem chamada do Ramela em que dizem desembarcara o duque de Alva».

Romão José do Rego concluía por opinar que todos os fortes, com excepção dos recentemente reparados, careciam de maiores ou menores reparações e alguns necessitavam de ser aumentados com obras exteriores para sua maior eficiência. Quanto ao forte da Roca, afirmava só servir para fazer sinais.

O mesmo oficial ⁽²⁾, em 28 de idênticos mês e ano, visita demoradamente a Torre de S. Julião da Barra para avaliar das possibilidades de alojamento que oferecia para tropas. Estavam, então, ali aquarteladas seis companhias do regimento da Corte e um destacamento do de Cascais. Mas o espaço disponível era ainda considerável.

Em 11 de Dezembro de 1793, João Vieira da Silva, capitão do regimento de artilharia de Estremoz, dava conta ⁽³⁾ do número de bocas de fogo e da quantidade de munições existentes nos fortes compreendidos entre S. José de Arribamar (*sic*) e a Roca. Das primeiras contavam-se 192 de bronze e 171 de ferro, incluídos 5 pedreiros e 2 morteiros; das segundas existiam no total 46.680 balas e bombas.

Ainda em 1793, sob a direcção do marechal de campo João Mac-In-

⁽¹⁾ *Arquivo Histórico Militar*, colecção conde de Lippe, caixa 3, pasta 11.

⁽²⁾ *Ibidem*.

⁽³⁾ *Ibidem*, pasta 12.

tire, assistido pelo coronel João Gabriel de Chermont e pelo sargento-mor Diogo Correia da Mota, continuavam as obras de reparação (4), iniciadas em 1790, da Torre do Outão, forte de Albarquel e bateria da Ponta do Adoucho, para as quais eram consignados mensalmente 2 contos de réis pelo rendimento do sal, verba considerada insuficiente, pelo que Mac-Intire havia solicitado um reforço pelo contrato do tabaco. As obras arrastavam-se ainda em 1794.

Guilherme Luís António de Valleré propõe (5), em Agosto de 1794, a utilização provisória da parte já concluída da bateria do Bom Sucesso, a qual, depois de pronta, viria a ter capacidade para 141 bocas de fogo.

Em Setembro seguinte o mesmo engenheiro inspeciona (6) a Torre Velha e sugere o que acha por mais conveniente sobre o seu artilhamento e municiamiento.

Em 1796, o duque de Lafões ordena (7) ao, então, coronel Luís Cândido Pinheiro Furtado que proceda a uma visita de inspecção a todas as praças, torres e fortalezas da província da Estremadura da parte do sul do Tejo. Desempenhou-se Pinheiro Furtado de tal missão e nela foi coadjuvado pelos engenheiros: sargentos-mores Teodósio Marques Pereira e Raimundo Valeriano da Costa, 1.º tenente Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e 2.º tenente Baltasar António Falcão. Através do extenso e interessantíssimo relatório, com que deu por concluso o seu trabalho, circunstanciada conta é dada de tudo quanto observou, propondo ainda as obras e o artilhamento que julgava necessários.



Por nos parecer de certo interesse transcrevemos, a seguir, parte de um manuscrito (8) intitulado «Noticia de vários fortes, que se acham abandonados ou tomados por diferentes possuidores, confinantes ao norte do rio de Lisboa, e que se podem aproveitar para defesa da cidade». Não tem assinatura nem data, mas julgamos ter sido feito no reinado de D. Miguel e pouco tempo após a acção naval do almirante francês Roussin.

«1.º — O forte que se acha na Rocha do Conde de Obidos, junto ao rio, que pode admitir 4 ou 5 peças de grosso calibre, e se encheu de terra para se fazer nele horta, e creio que foi tomado

(4) *Arquivo Histórico Militar*, colecção conde de Lippe, caixa 3, pasta 11.

(5) *Ibidem*, pasta 6.

(6) *Ibidem*, pasta 8.

(7) *Ibidem*, caixa 4, pasta 1.

(8) 3.ª div., 1.ª secção, caixa 4, n.º 17.

pelos condes de Obidos, como terreno ou edificio confinante com o palácio. E este forte é da maior importância o aproveitar-se por se achar directamente fronteiro ao de Almada e ancorarem ordinariamente defronte as embarcações de guerra estrangeiras.

2.º — O forte na praia de Santo Amaro junto do quintal das casas do conde da Ponte, que creio se apoderou dele por estar junto do mesmo quintal, fazendo-lhe em cima armazens aonde se tem ha pouco tempo a esta parte arrecadado ossos que se exportam deste reino. Pode admitir 5 ou 6 peças de grande calibre.

3.º — O forte chamado do marquês de Angeja que está desimpedido e que pôde admitir 8 ou 10 peças de grosso calibre. Está junto ao palácio do dito marquês, que lhe chamava seu, quando o mesmo palácio é da real corôa, pois que tomando-o de aforamento D. Diogo de Noronha em 1780 desistiu dele em 1783 e depois pediu-o e doou-se-lhe em 1799 sem obrigação de pagamento de fôro. Porem é da real corôa e é possuido sem encarte.

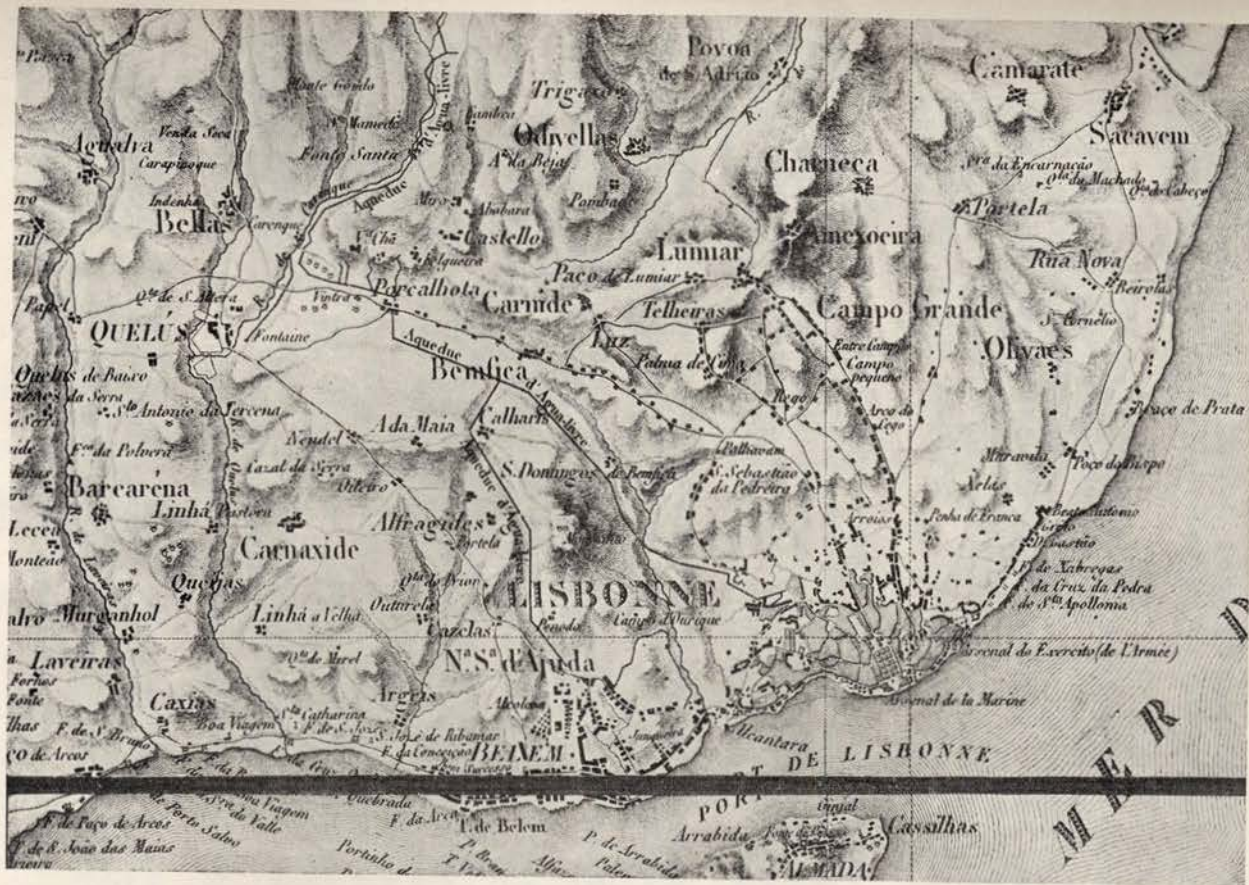
Além destes três fortes possuidos por particulares e além de outros três possuidos pelo marquês de Belas, marquês de Castelo Melhor, de que já dei conta, e do forte do Azevedo, ha mais dois da real corôa, muito interessantes e que pode cada um admitir 10 ou 12 peças de artilharia e são: o que se acha por detraz da praça de Alcantara, que é fortissimo, de construção antiga e incapaz de ser arvorado, e o do porto franco ao nascente da real cordoaria, que está em excelente posição, os quais, com os 3 referidos, no mesmo sitio podem prestar melhor efeito do que os do Caes do Sodré e Terreiro do Paço.

No Porto Brandão, ao sul do Tejo, e defronte do caes de Belem tambem os franceses em 1808 fizeram junto da areia uma fortificação que guarneceram com artilharia, o que agora tambem se podia fazer para combater por aquele lado e afugentar para o norte. Os antigos julgavam todos aqueles fortes necessários para a defesa da cidade e a inspecção ocular tambem assim o demonstra, e portanto parece que se não devem desprezar, e até para não se consentir em tais usurpações que se vão fazendo de propriedades da real corôa».



A obra fortificada ainda hoje existente na chamada Quinta do Manique, a norte da Cruz da Pedra, e que mestre Vieira da Silva identificou como sendo o forte de Santa Apolónia, citado por João Baptista de Castro no *Mapa de Portugal* (º), não corresponde pela sua localiza-

(º) *Revista Municipal*, ano III, n.º 11 e 12, pág. 28.



Trecho da carta corográfica de Charles Picquet mostrando a situação dos fortes de Santa Apolónia, Cruz da Pedra e Xabregas

ção, em «pleno campo», ao forte a que, com a mesma designação, atrás fizemos referência.

O relatório arquivado na «coleção Conde de Lippe» ao descrever o estado em que, em Abril de 1751, se encontrava o forte de Santa Apolónia diz:

«A face do baluarte da parte do nascente se acha a muralha arruinada, está sem parapeitos e lhe entra a água por baixo e vai levando o terreno das baterias que já estão abatidas. As guaritas estão uma de todo consumida do tempo e a outra quase inutilizada tendo-lhe já caído quase metade do A bateria que fica entre o dito forte e o convento das religiosas de Santa Apolónia está inteiramente destruída tem de ser lageada e toda a muralha reformada».

Do que fica transcrito verifica-se que o forte se situava sobre a praia, pois a água que lhe ia penetrando por baixo, e provocara até o desmoronamento do terreno das baterias era, sem dúvida, a do rio. Dúvidas igualmente parece não existirem quanto à contiguidade do convento de religiosas de Santa Apolónia, cuja situação é por demais conhecida.

De notar é, ainda, o facto do relatório, ao discriminar os fortes da Repartição de Lisboa, se referir apenas aos que se encontravam situados ao longo das margens fluviais omitindo o Castelo de S. Jorge e o baluarte do Livramento, ambos de considerar como fortificações terrestres, tal-qual o baluarte da Quinta do Manique.

Outro documento, este cartográfico, indica-nos que o forte de Santa Apolónia assentava à beira-rio. Fazemos referência à «Carte corographique des environs de Lisbonne, dressée sous la direction de Ch.^{1^{es}} Picquet, par Guerin de Lamotte, Ingénieur Géographe, d'après les opérations trigonométriques de Mr. Ciera (¹⁰), et les levées des Ing.^{rs} Portugais et Français. Dediée à S. Ex. Dom P.^{dro} de Menezes, Marquis de Marialva, G.^d Ecuyer de S. M. T. F. et son Ambassadeur près Sa Majesté très Chrétienne par Ch.^{1^{es}} Picquet Géographe ordinaire du Roi et S. A. S. le Duc d'Orléans, à Paris 1821». Trata-se de uma carta litografada a duas cores — preto e vermelho — medindo, aproximadamente, 0^m,87×0,58 e desenhada à escala de 1:100.000 (¹¹).

Nela figuram os fortes da defesa de Lisboa e da península de Se-

(¹⁰) Francisco António Ciera foi doutor em matemática e lente de Astronomia e Navegação da Academia Real de Marinha. Em 1788 recebeu de Luís Pinto de Sousa Coutinho o encargo de formar a triangulação geral do país, trabalho mandado suspender em 1803, para só ser reatado trinta anos depois sob a direcção do brigadeiro Pedro Folque. Ciera faleceu em 1814.

(¹¹) Biblioteca da Sociedade de Geografia, gaveta A, n.º 16.

túbal, ao tempo existentes, incluídos entre os primeiros, e dispostos imediatamente sobre a praia da margem norte do Tejo, os fortes de Xabregas, Cruz da Pedra (12) e Santa Apolónia.

E, por último, considere-se que a enumeração feita pelo padre Baptista de Castro, dos fortes da marinha compreendidos entre a Roca e a Cruz da Pedra, coincide com a constante do relatório de 1751, apenas com a diferença de que enquanto aquele autor os ordenou de poente para nascente, o deste último documento adoptou a direcção inversa (13).

De concluir nos parece, portanto, que o forte de Santa Apolónia citado por Baptista de Castro é o mesmo a que fazem menção os documentos em que nos apoiamos e não o baluarte da Quinta do Manique, o qual Deus permita que fique ainda por muito tempo a recordar o plano grandioso, concebido no reinado de D. João IV, para a defesa terrestre da «cabeça e coração do reyno».

(12) No forte da Cruz da Pedra estava instalada em 1853 a oficina de pirotecnia do Arsenal do Exército, mais tarde transferida para Braço de Prata e depois para Barcarena.

(13) Baptista de Castro não cita o forte do Corpo Santo a que nos referimos num nosso anterior trabalho *O Forte do Corpo Santo e a Bateria do Cais do Sodrê*.

COMEMORAÇÃO

VICENTINA

dos «Amigos de Lisboa»

*Conferência, na sede, pelo Sr. Padre Correia
da Cunha no dia do Padroeiro da Cidade*

NÃO sei por quê; confesso que não atino bem com as razões que levaram a ilustre Junta Directiva desta Casa a incumbir-me de falar a VV. Ex.^{as} do glorioso Padroeiro de Lisboa.

Ao certo, ao certo, não sei. Mas quer-me cá parecer que, se aqui estou na berlinda, é apenas por estes três motivos: por ser alfacinha da gema, por morar no Mosteiro de S. Vicente de Fora, e por ser Padre Capelão da Marinha; que outras razões mais não enxergo... Pelo contrário, reconheço, sem falsa modéstia, que me falta o saber e me não sobeja nica de tempo para estudar com profundeza o tema, aliás tão interessante, que nos reuniu aqui. Outro qualquer faria melhor.

No entanto, os motivos apontados são de si suficientes para me imporem o dever de aceitar tão honroso encargo. Ou não será dever de todo o alfacinha que se preza, como verdadeiro amigo de Lisboa, conhecer um pouco, ao menos, da bela história e das lindas tradições lisboetas? E não cumpre ao hóspede da Claustro Vicentina venerar com público e devoto reconhecimento o Santo seu Anfitrião e Orago? E que dizer do Padre que não tivesse a mais pequena notícia de uma das maiores figuras do Martirológio, para mais Capelão da Marinha que já sulcou as águas do Mar Oceano no mesmo sentido e rumo que seguiu a Nave do invicto Mártir S. Vicente?

E eis por que aqui estou, pondo à prova a paciência de VV. Ex.^{as}!

Prometo, porém, desde já, fazer todo o possível por que tal provação lhes não mereça a palma do Martírio nem as honras dos Altares. E daí... nada se sabe! Verdade seja que a minha fala não pretende

ser conferência (ao contrário do que foi anunciado), mas simplesmente palestra, conversa fiada, que eu desejaria fosse cavaqueira amena. Porém, ao fim e ao cabo, VV. Ex.^{as} é que dirão de sua justiça!

POR QUE GOSTO DE LISBOA

Nado, baptizado e criado nesta urbe feiticeira, sou Amigo de Lisboa desde que me conheço.

Cedo, bem cedo, me deixei enfeitiçar pelo sortilégio desta cidade. E, desde então, sempre me habituei a vê-la no mistério da sua dupla personalidade: senhoril no porte, coroada de uma auréola de luz e cor verdadeiramente únicas no mundo, e, ao mesmo tempo, simples e modesta, sem atavios ou enfeites pretensiosos, nimbada apenas da beleza natural que Deus lhe deu. Dir-se-ia uma Rainha de Sonho que por entre as outras passa, esbelta e cheia de encanto, com a graça de uma varina.

E esta imagem faz-me lembrar aquela velha lenda que, embora conhecida, não resisto à tentação de contar.

Era uma vez...

(E a lenda reporta-nos à velha Idade Média, quando os Senhores Cavaleiros se davam à folgança de torneios e justas em honor de suas Damas por quem suspiravam coitas de amor e a quem ofertavam gestas valorosas).

E foi o caso que, de certa feita, todos os Príncipes do Sacro Império se reuniram em grande e original torneio, não para se determinar qual o mais valente e destro no manejo das armas, ou o mais inspirado e hábil nas cantigas de amor, mas para se decidir qual de entre eles era o mais nobre.

E aconteceu que, num cortejo esplendoroso, montados em cavalos ricamente ajaezados, esses cavaleiros lá foram desfilando pelo vasto terreiro, seguidos do numeroso séquito de seus vassallos. Faziam alarde vaidoso de suas riquezas e troféus e ostentavam com orgulho os pergaminhos da sua linhagem. Até que chegou o momento de se apresentar um cavaleiro ainda novo, príncipe também de sangue e de alma, embora pobre, que não levava luxos nem grandezas, mas se fizera acompanhar por todos os seus leais súbditos. Chegado que foi ao centro do terreiro, acenou à multidão para que se calasse um pouco. E mal se fez silêncio, disse:

— «Senhores! De todos é sabido que eu pouco tenho ou nada; mas considero-me o mais rico e nobre dos Príncipes da Cristandade, por ter um Paço em cada casa dos meus vassallos e em cada peito deles, um coração amigo!».



Glorificação de S. Vicente. Iluminação do Missal de S. Vicente da Sé Patriarcal de Lisboa. (Séc. XVIII)

Stans in throno sine Mitra
signans se signo Crucis, di-
cet, prosequeturque, jun-
ctis manibus

INTROITUS.



ETABITUR
justus in Dó-
mino, & spe-
râbit in eo &
laudabúntur
omnes recti corde.

Pfalm. Exaudi, Deus,
orationem

Intróito da missa de S. Vicente no mesmo missal. (A notar: A iluminura da letra capital com uma vista dos Paços da Ribeira)

E reza a lenda que todos o aclamaram vencedor.

Pois quer-me parecer que a história, com pequena alteração, se pode aplicar a um imaginário torneio entre as cidades do mundo. E estou certo de que, depois de terem passado as grandes capitais vaidosas de suas grandezas, quando chegasse Lisboa, na sua Nau Catri-neta, sorrindo como Ela sabe,

*Toda a gente com certeza,
Desde os Chins aos Esquimós,
Diria a uma só voz:
— Tu és do mundo a Princesa!*

De resto, deixem-me dizer-lhes muito aqui à puridade (não venham acusar-me de plagiário...), esta ideia não é nova; já foi cantada em oitava rima pelo nosso Épico:

*E tu, nobre Lisboa, que no mundo
Fácilmente das outras és princesa,
Que edificada foste do facundo
Por cujo nome foi Dardânia acesa,
Tu, a quem obedece o Mar profundo...*

(C. III — E. 57).

Mas, se, nem no tempo de Camões, tal cortejo se realizou, bem será que se não faça nunca, para que não apareça por aí, através da Imprensa, da Rádio ou da T. V., a infausta notícia de que a nossa Lisboa vai partir para Hollywood, contratada por algum magnate do cinema...

Pois (como ia dizendo), eu gosto de Lisboa; sou deveras seu Amigo.

Quantas vezes me não ponho a olhar para Ela e, absorto, a não contemplo, dali, do morro de Almada! Como se mostra bela e formosa, quando, pela tardinha, toda inundada de sol, se revê embevecida nas águas especulares do seu Tejo!

Que maravilha!

Quem ainda a não viu dali, defronte, não conhece bem a sua beleza, e não sabe o que perde...

O rio, antes de se fazer ao mar, por despedida, atira-lhe furtivos beijos (não vá o Sol ter ciúmes) e oferta-lhe, como presente para o enxoval, alvas rendas de bilros que as suas Tágides tecem ao som da melopeia múrmura das ondas. E Ela, que lhe percebe o gesto, mostra-se ao Sol sorridente e mimalha (para que Ele não fique amuado), e desce à pressa dos seus paços do Castelo, embrenha-se no labirinto de Alfama, benze-se à porta da Sé, encomenda-se a Santo António e vai, num pulo, ao Terreiro do Paço estender-lhe os braços

gentis. Depois, tiquetaque pela calçada, sobe a Santa Catarina para o ver mais a preceito e lhe dizer: «Aqui estou. Eu não te deixo!».

E como o Rio tem de andar, também Ela o acompanha, sempre correndo ligeira, quanto as forças lho permitem, até quase ao sair da barra. E vendo que mais não pode, na Torre de S. Vicente, ali adiante a Belém, se fica triste e saudosa, de lenço branco na mão, acenando, acenando... até ao pôr-do-sol.

Depois volta, ao lusco-fusco, ainda mais bela e formosa, porque a luz do seu olhar tem um véu feito de pranto; e fica por momentos a rezar à Senhora de Belém pelo seu noivo marinheiro — o Tejo.

Como eu gosto de Lisboa!

Quanta vez, entrando a barra, eu não senti a graça do seu perfil, o calor do seu olhar, o encantamento da sua luz, a sedução da sua voz! É que Lisboa tem um perfil de sereia, uma luz diáfana e quente, uma voz fresca de rapariga.

Ainda há pouco, vindo de Nova Iorque, cidade do barulho e da enormidade, onde tudo nos esmaga e nos arranha (pois se até arranha-céus...), eu senti a deliciosa fascinação da nossa Lisboa.

Não será bonito, mas manda a verdade que se diga. A mim vieram-me as lágrimas aos olhos, quando às oito da manhã (Ela acordara cedo para nos saudar), Lisboa me sorriu e disse: — «Bemvindo sejas, Amigo!» ...e a luz do seu olhar beijou meus olhos.

Não se julgue, porém, que isto se deu só comigo. Não! Todos os camaradas do *Zarco* viveram a mesma alegria. Se o não dizem, é só por acanhamento...

Como eu gosto de Lisboa!

Quanta vez, fazendo a ronda dos bairros, eu me não sinto mais orgulhoso dos meus pergaminhos de lisboeta!

Gosto tanto de a ver de perto...

Airosa Menina e Moça, é sempre gentil e formosa, quer calce as tamanquinhas e, de canastra à cabeça, vá da Ribeira à Madragoa apregoando — «Viva da Costa!» —, quer se fique horas perdidas junto às portas da Rua da Regueira ou do Largo da Adiça, como senhora comadre, contando histórias da carochinha.

É sempre bela Lisboa!

No Bairro Alto é fadista; em S. Vicente, fidalga; na velha Alfama é marinheira; na Graça e Arroios é garrida; em Alcântara e Xabregas, operária; no Castelo é Princezinha; na Madragoa, varina;

nas Avenidas, donzela; na Estrela, Senhora-Dona; e, quando fora de portas, tem rebitesas saloias.

Em toda a parte sorri; em todas as ruas canta; em todo o lado moureja (jeito que lhe ficou de pequena). E, quando, pela tardinha, desce o Chiado catita, Lisboa é «Flor d'Altura» — «vai formosa e não segura!...».

Se a figurinha delicada e airosa de Lisboa assim nos cativa, qual não será o nosso encantamento perante a beleza das suas lendas, tradições e história, dessas três irmãs Siamesas que tecem com todo o enlevo o manto aurifulgente desta Rainha de ontem, de hoje e de sempre?

Como eu gosto de Lisboa, da sua história, das suas tradições, das suas lendas, da sua alma, enfim, sobre a qual pairou sempre e paira ainda a bênção do Senhor!

Ou não será expressão da verdade a poesia do nosso saudoso Irmão, Norberto de Araújo, que nós trauteámos com altivo entusiasmo:

*Lisboa nasceu,
Pertinho do Céu
Toda embalada na Fé.
Lavou-se no Rio
— Ai, ai, ai, Menina,
Foi baptizada na Sé!*

É verdade, é sim, Senhores! Lisboa é obra da graça de Deus!

Em cada página da sua multissecular biografia, como em Livro de Horas, há iluminuras cristãs, registros de santos, perfis de torres e de igrejas, imagens de devoção e altares de *ex-votos*. Sempre e a cada passo se encontra o Crisma do Sinal da Cruz e em cada pedra a sigla do Cristianismo.

A Fé Cristã de Lisboa a manifestar-se através dos tempos, nas igrejas, nas procissões, nas devoções populares e nas solenidades litúrgicas, que belo tema para ser desenvolvido!...

Foi essa vida de Fé que a fez grande.

Há anos, falsos amigos quiseram tirar-lhe esse espírito cristão. Mas, graças a Deus, se conseguiram dar-lhe os ares de Virgem Louca, não conseguiram, por mais que o intentassem, apagar-lhe a lâmpada da Fé que recebera no Baptismo.

Mas não falemos em coisas tristes.

E perdoem-me VV. Ex.^{as} se me demorei muito a falar-lhes do meu embevecimento perante esta cidade de magia. Decerto, terão razão

para dizer, com Virgílio: «Jam satis prata biberunt». Desculpem. E passemos adiante, pois VV. Ex.^{as} querem ouvir falar do Santo Padreiro da Cidade, cujo é o festivo dia de hoje.

S. VICENTE E AS TRADIÇÕES LISBOETAS

A Lisboa nada falta, nem sequer aquela aura misteriosa de ter sido princesa mourisca conquistada à Fé Cristã por valente e pundonoroso cavaleiro.

Quando D. Afonso Henriques tomou à sua conta esta Menina e Moça (e não foi lá com duas cantigas; que os tiranos, que a dominavam, a não queriam largar por nada, e muito menos à mão de Deus Padre...), mas enfim, quando ele conseguiu tê-la a são e salvo, pensou logo em baptizá-la para a fazer cristã, e (claro está) arranjou-lhe padrinhos, pois quem não tem padrinhos morre mouro.

E assim foi.

Depois de tomar posse da cidade, a 25 de Outubro de 1147 (como rezam as Crónicas e o comprova o profundo estudo do Sr. Dr. Augusto de Oliveira) e depois de pôr tudo em ordem, o grande Rei tratou de levar Lisboa à Pia Baptismal.

No dia 1.º de Novembro desse mesmo ano, organizou-se luzida procissão do Castelo até à Mesquita Maior, para transformar esse templo de Mafoma em igreja de Cristo, *et ipso factu*, baptizar a Princezinha.

E tanto que Lisboa se tomou (escreve Duarte Nunes de Lião na sua *Crónica dos Reis de Portugal*) el-rei, com todos os cristãos, com solene e devota procissão, foi à Mesquita Maior, que ora é a Sé; e depois de mundificada dos sacrificios que nela se faziam a Mafamede, os bispos e sacerdotes revestidos entraram nela cantando o cântico *Te Deum Laudamus*. E depois de consagrada e dedicada à Virgem Santa Maria Nossa Senhora, se celebraram nela os officios divinos e se disse Missa solene, e se nomeou por Sé Catedral...

António Coelho Gasco, na *Primeira Parte Das Antiquidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa*, descreve com mais pormenores ainda esta solene procissão. E todos os cronistas e historiadores, que se occuparam do assunto, concordam com a descrição do cronista citado e a confirmam ⁽¹⁾.

(1) Conf. Nicolau de Oliveira, in *Grandezas de Lisboa*; Damião de Góis, *Descrição de Lisboa*; D. Rodrigo da Cunha, *História Ecclesiástica de Lisboa*; Faria e Sousa, *Epitome das Histórias Portuguezas*; P. Jorge Cardoso, *Agiológico Lusitano*, etc.

E pelo que dizem, se conclui que a Madrinha da cidade foi a Virgem Santa Maria Nossa Senhora. Do Padrinho já nem falam, pois toda a gente o sabia e eles já o haviam dito. É que, segundo o testemunho unânime de todas as crónicas e histórias de Lisboa, Afonso Henriques já contava com S. Vicente, para apadrinhar a Moça. De onde se pode inferir, sem receio de enganos, que foi o Mártir S. Vicente quem levou a Menina à Pia Baptismal, pegou na vela acesa e lhe poisou a dextra sobre os ombros delicados, como quem aceita satisfeito as responsabilidades de encaminhar a neófita pelos novos trilhos da Vida Cristã e de a proteger em todos os combates. Aliás, Ele fora Diácono da Santa Igreja; cumpria-lhe o officio de baptizar. Não podia, portanto, declinar o convite.

D. Afonso Henriques convidara-o ainda antes de ter a Menina a seu recato.

Dizem os biógrafos da nossa Lisboa, todos os já citados e ainda Osberno, na sua célebre carta, e o anónimo autor do *Indicullum Foundationis Monasterii Sñti Vincentii*, que o nosso primeiro Rei determinara se reservassem dois terrenos nos montes fronteiriços à cidade, um a ocidente para cemitério dos cruzados anglo-saxões que morressem mártires da fé, e outro a oriente para tratamento e sepultura dos teutões e flamengos, que adoecessem ou morressem nas mesmas circunstâncias.

Dizem ainda os mesmos cronistas que o Rei fizera voto de mandar erigir um templo em cada um desses locais. No do poente uma igreja a Nossa Senhora dos Mártires; no do levante uma outra igreja e mosteiro ao glorioso Mártir S. Vicente. De modo que não há sombra de dúvida acerca desta verdade: — Se Nossa Senhora é a Madrinha, S. Vicente é o Padrinho da cidade de Lisboa.

Da Virgem Mãe de Jesus todos conhecem a vida e a sua acção protectora. Mas do invicto Padrinho desta Menina-Cidade é que... talvez...

Pois, para quem não tiver bem presentes os traços principais da vida de S. Vicente, ai vai:

«Vincentius Oscae in Hispânia citeriore natus, a prima aetate studiis deditus, sacras literas a Valerio Caesarangustano episcopo didicit... Et reliqua».

Assim começa a lição do Segundo Nocturno do Officio do Santo.

Que esta lição não mente, é coisa assegurada pelos eruditos trabalhos dos Padres Bolandistas; dos historiadores, como Florez, na *España Sagrada*; por documentos coevos, como as *Acta Martyrum*;

pela rápida expansão do culto do Santo; e ainda pela consagração litúrgica, logo a partir do séc. IV.

Ei-la, em resumo, a vida do grande Mártir:

«Aragonês era, e em Saragoça foi ungido com o óleo da fé e da virtude» (diz Menendez y Pelayo, na sua *História de los Heterodoxos*). Seus pais, Eutrício e Enola, cedo o consagraram a Deus, deixando que ele abraçasse a vida eclesiástica. Fez seus estudos guiado por Valério, Bispo daquela cidade. Recebeu as ordens de Diácono, e, como tal, ministro do Evangelho, foi encarregado do múnus da prègação, tanto mais que o Bispo sofria de grave defeito físico na fala.

Qual fosse o zelo do jovem Levita e a eloquência da sua palavra, fácil será de supor a julgar pelos requintes de crueldade de que Daciano, ao tempo Prefeito das Espanhas, usou para com o invicto defensor da Fé.

Pagão da força de Diocleciano, sob cujas ordens servia, jurou este Prefeito afogar em sangue a cristandade hispânica. Para tanto, ordenou e moveu a mais cruel perseguição de que há memória.

Como até ele chegasse a notícia das conversões operadas pelo apostólico Diácono, manda-o prender juntamente com o velho Bispo Valério. Carregados de grilhões, são metidos nas imundas masmorras de Valência. E, certo dia, em que Daciano interpela o Santo Bispo e este lhe começa de responder com respeitosa mansidão, o intrépido Diácono, de sangue na guelra, não resiste e dirige ao seu Prelado estas palavras: «Não fales submisso a esse tirano! Fala-lhe com alma, e pede a Deus que esmague a sua soberba!».

Perante uma atitude destas, Daciano inflige ao grande Levita toda a espécie de torturas. Foi apedrejado, lançado numa grelha de ferro em brasa; dilaceraram-lhe o corpo com raspas e lâminas candentes, atiraram-no para a prisão repleta de objectos cortantes e perfurantes. A tudo resiste o invicto Vencedor, que tanto quer dizer Vicente. E como prémio de tanta heroicidade, Deus o coroa de uma auréola de luz sobrenatural.

Sabedor disto, o tirano raivoso muda de tática e vai tentar o herói com falinhas mansas, acenando-lhe com delicias e mimos. Mas a constância do Mártir é inalteravel. Nada o demove da Fé de Cristo por Quem, finalmente, dá a vida aos onze dias das Calendas de Fevereiro (ou seja a 22 de Janeiro) do ano da Graça de 304.

Seu corpo ficou algum tempo insepulto, tal era o ódio que não foi possível praticar-se obra tão humana. Mas uns corvos o guardaram e defenderam dos cães, dos lobos e de aves de rapina. Furioso, o

tirano manda lançá-lo ao mar, mas as ondas trazem-no à praia, sempre guardado pelos corvos.

Finalmente, a ocultas, alma cristã lhe dá sepultura.

Pouco depois, oito anos precisamente, Constantino publica o célebre Edito de Milão, em que reconhece à Igreja de Cristo foros de cidade. A Cristandade respira livremente. Organiza o seu culto e não esquece os seus Mártires. S. Vicente é dos primeiros a receber as honras litúrgicas, após as perseguições. E facilmente se divulga e espalha a devoção a tão heróico Santo.

Mais tarde, a Península dos Visigodos, baptizada e civilizada pela acção da Igreja, cai nas mãos dos Sarracenos. Esmorece e quase morre a vida da Cristandade hispânica. No entanto, apesar de tudo, o fogo da vida cristã não se apaga por completo, e as tradições são guardadas religiosamente.

Segundo uma destas tradições (de que aliás restam vários documentos, tanto cristãos como arábes. Veja-se *Lisboa Antiga*, de J. Castilho), quando Abd-er-Raham, respirando ódio feroz, arrasa Valência a ferro e fogo, nos anos de 755 e 788, o corpo do glorioso Mártir, sempre acompanhado dos corvos, é trazido devotadamente por uns fugitivos para a Ponta de Sagres ou Promontório Sacro. Por isso, é hoje chamado Cabo de S. Vicente e Cabo dos Corvos.

D. Afonso Henriques tem conhecimento de tudo isto por informações de alguns presos mosárabes que, durante o domínio sarraceno, se mantiveram fiéis à fé de Cristo e à devoção ao Santo Diácono. Por tal motivo promove a trasladação das venerandas relíquias para Lisboa, pouco depois da sua conquista.

Condizentes com as descrições dos Cronistas são os versos do Épico:

*...Do Mártir Vicente
O Santíssimo Corpo venerado
Do Sacro Promontório conhecido
A cidade Ulisseia foi trazido.*

A 15 de Setembro de 1175, por um braço de mar que do Tejo ali subia, chega o corpo do Santo Mártir às chamadas portas de S. Vicente, pouco mais ou menos onde é hoje o Arco do Marquês de Alegrete. Pernoitou na igreja de Santa Justa e Rufina e foi no dia seguinte levado, em grandiosa procissão, para a Sé Catedral. É por esta razão que tanto o Patriarcado de Lisboa como o Bispado do Algarve celebram, deste tempos imemoriais, a festa da trasladação do Santo.

Como ficou dito, prometera D. Afonso Henriques levantar um templo a S. Vicente. E, se bem o pensou, melhor o fez. No local da

antiga enfermaria e cemitério dos Cruzados, o grande Rei lança a primeira pedra com toda a solenidade, e, em breve, surge a magnífica igreja e o grandioso mosteiro, que logo confia aos piedosos varões da Regra de Santo Agostinho chamados Cónegos Regrantes.

Afilhada de S. Vicente, Lisboa inteira consagra, desde logo, carinhosa devoção ao seu Santo Patrono. Festeja a chegada do seu corpo com solenidade, como se viu. E depois, pelos tempos fora, beija-lhe as relíquias com religioso respeito, ao menos uma vez por ano; pede-lhe a bênção com filial ternura; inscreve a Nau e os corvos do Padrinho nas armas da cidade, nos cunhais das casas, nos frontispícios das fontes e monumentos (1); tributa-lhes foros; esculpe-lhe imagens; reconstrói-lhe o templo; levanta-lhe altares; acende-lhe círios; faz-lhe promessas; roga-lhe favores, e santifica o seu dia natalício (não esqueçamos que o dia natalício de um Santo é o do seu martírio), guardando-se de trabalhos servis e festejando o seu Padroeiro com toda a alegria, entusiasmo e fervor.

E a propósito: Dizem que para não arruinar a economia da Nação é que se aboliu este e outros dias santificados. Mas a verdade é que nem por isso se vê grande trabalho feito. Acaso trabalhariam menos os Portugueses que *deram novos mundos ao Mundo* e — *o que é mais — novas estrelas*? Acaso hoje se constroem padrões de imortal glória como a Torre de S. Vicente em Belém, ou se pintam painéis maravilhosos como os de Nuno Gonçalves?

Como os tempos mudaram!... E até no culto litúrgico, valha a verdade.

S. VICENTE NA LITURGIA

D. Guéranger, o sábio monge de S. Bento, renovador do espírito e dos estudos litúrgicos, diz que S. Vicente não pertence apenas às Espanhas, mas a toda a Igreja. Com Santo Estêvão e S. Lourenço, o Mártir Saragoçano faz parte do triunvirato glorioso de Levitas que regaram generosamente com o próprio sangue o sementeira da Fé.

Por isso, como vimos, foi S. Vicente honrado pela Cristandade logo após o seu martírio e bem depressa a Liturgia sancionou este culto popular, pois, ciosa como é da glória dos seus santos, não podia esquecer quem, com tanta galhardia e fé, dera a vida por Cristo.

E, assim, logo que se divulga no Ocidente a popular forma litúrgica das *Ladainhas*, no primeiro quartel do século IV, o nome de S. Vicente aparece junto aos dos outros dois célebres Diáconos, sendo invocado devotamente nestas orações oficiais do culto, pois, como é

(1) Cf. Matos Sequeira, in *Revista Portuguesa*, 1916.

do conhecimento geral, as Ladainhas dos Santos são cantadas nas grandes procissões litúrgicas e noutras cerimónias religiosas.

Nos *Martirologios* em que a Cristandade vai registando os nomes de seus heróis, logo nos primeiros séculos, aparece também o nome glorioso de S. Vicente. Esses livros que, pouco a pouco, se vão compilando por toda a parte, formando martirologios locais, dão mais tarde origem ao célebre Martirologio Romano (de carácter geral) aprovado pelo Papa Gregório XIII, em 1584, a pedido do nosso Rei Magnânimo D. João V.

Actualmente ainda este Martirologio Romano é lido, dia a dia, no Offício Divino, à hora de Prima, para que os cristãos de hoje, recordando as grandes figuras de santidade da Igreja, nelas vejam exemplos a seguir e advogados a quem recorrer.

Mas a maior consagração litúrgica dos heróis da Fé Cristã, está na celebração da Missa e no canto do Offício Divino. É nestes actos fundamentais da Liturgia que devemos ver até que ponto foi a devoção oficial da Igreja ao nosso Santo Patrono.

Não será novidade para ninguém a afirmação de que a Liturgia católica, no que diz respeito ao cerimonial de que se revestem todos os seus actos, não é obra definitivamente estabelecida por Cristo ou rapidamente formada pelos Apóstolos. É trabalho de muitas gerações cristãs, que se vem fixando desde os tempos apostólicos e enriquecendo através dos séculos com a experiência da Igreja, sob a inspiração divina. O mistério ou sacramento, por outras palavras, o núcleo da acção sagrada é de instituição divina de Cristo; mas o seu quadro ritual, o conjunto de cerimónias que emolduram essa acção central, é obra da Cristandade, sob a moção do Espírito Santo.

Não é de estranhar, pois, que, principalmente nos primeiros tempos, e até ainda hoje, tenham existido e existam ritos diferentes para a celebração dos mesmos mistérios.

Os três primeiros séculos foram tempos de vida atribulada em que os mistérios e os mártires do Cristianismo eram celebrados a ocultas. Não podiam estabelecer-se formas rígidas de culto. No entanto, quer no Oriente, quer no Ocidente, surgem normas litúrgicas mais ou menos generalizadas, que rapidamente se divulgam pelos dois impérios.

No Ocidente, a Liturgia de Roma, como era natural, serve de modelo e norma a todas as igrejas. Dada, porém, a relativa independência de acção e, sobretudo, o período de formação do cerimonial, aparecem diversas formas litúrgicas com características locais e próprias, embora radicadas no Rito Romano e formando com ele uma família. As mais notáveis são a Liturgia Galicana, a Liturgia Milanese

ou Ambrosiana, e a Liturgia Romano-Visigótica, mais conhecida, ainda que impròpriamente, pelos nomes de «Mosárabe» ou «Mosarábica».

Só mais tarde S. Gregório Magno esboça e depois Carlos Magno consegue levar a cabo a tentativa de unificação das liturgias ocidentais. Os esforços então envidados e posteriormente seguidos, após muitos trabalhos e lutas, alcançam, embora não por completo, o almejado fim. Alguns ritos persistem, impostos pelas tradições que tinham, pela beleza das suas formas e pela riqueza do seu simbolismo.

Deles, os principais são o Milanês e o Romano-Visigótico; este ainda vivo em Toledo e nalgumas igrejas de Espanha, e aquele em Milão e em diversas igrejas circunvizinhas.

Não pretendi fazer aqui um resumo histórico da evolução dos Ritos, mas julguei dever tentar este esboço e explicação para que VV. Ex.^{as} pudessem mais fácilmente avaliar da profunda e geral devoção que os nossos maiores consagraram oficialmente ao nosso Santo Diácono.

Até ao século VII, portanto durante três séculos, após o martírio de S. Vicente, a Liturgia Romana prestou ao invicto mártir, a mesma consagração que aos grandes Diáconos Santo Estêvão e S. Lourenço. Mais ainda: os textos da Missa arranjados expressamente para a celebração litúrgica de S. Vicente, foram depois servir para a de qualquer outro santo mártir. Mas, nos finais daquele século, chega a Roma o corpo de um santo monge persa, Anastácio de sua graça, que, em Jerusalém, no ano 528, na perseguição de Cosroés, deu o sangue pela Fé de Cristo. Justo era que a memória deste mártir, também glorioso, fosse evocada pela Cristandade. E então a Missa de S. Vicente, que até essa altura era a Missa *Laetábitur*, foi substituída pela missa *In-tret in conspectu tuo*, própria para comemorar vários mártires.

Com a divulgação do Rito Romano todo o Ocidente vai adoptando também esta Missa, excepção feita para as igrejas em que o culto do Mártir de Saragoça era mais fervoroso ou que tinham por Padroeiro o Santo Diácono. O mesmo sucedeu nalgumas Ordens Religiosas, como a Dominicana, que na celebração do Santo, ainda hoje conservam a Missa *Loetabitur*.

Exceptuam-se ainda, é claro, os lugares onde subsistiram os antigos ritos, como a Milanesa e a Mosarábica.

Nalgumas outras Igrejas ainda, embora tenham adoptado o Rito de Roma, por motivos de especial devoção, o Santo Diácono é celebrado com uma Missa própria, com textos expressamente escolhidos.

Sirva de exemplo, a católica Espanha, Pátria do Santo, que lhe consagra uma Missa, de textos tão sàbiamente arranjados e tão inspiradamente escolhidos, que não resisto à tentação de citar.

Nos cânticos dessa Missa, fala-se constantemente no grande com-

bate em que, com a graça de Deus, o glorioso Mártir justificou seu nome. Eis alguns exemplos:

Intróito — «*O Senhor deparou-lhe um grande combate, mas para que ele saísse vencedor. Acompanhou-o no sofrimento e na prisão não o abandonou.*»

O Gradual, cantando a sua heroicidade na luta, cita as palavras de S. Paulo:

«*Combati o bom combate; terminei a minha carreira; guardei a fé. Só me resta a coroa de glória.*»

E no verso é ainda o Santo quem refere o sentido do seu martírio:

«*Cristo será engrandecido no meu corpo, tanto na vida como na morte!*»

Nos outros cânticos — verso aleluiático, trato e ofertório — fala-se do triunfo do Santo que, por ser vencedor, será revestido da veste branca da imortalidade. O trecho da Epístola é aquele passo do Apocalipse em que S. João, numa visão grandiosa, descreve Deus a recompensar o vencedor e que em latim começa os diversos períodos com as palavras *Vincenti dabo* — onde se vê alusão clara ao nome do nosso Mártir.

Tais são os formosos textos que hoje se rezam em toda a Espanha do Rito Romano.

Nos Ritos Milanês e Mosárabe, aliás muito semelhantes não só porque no fundo conservam muitas das primitivas formas do velho Rito de Roma, mas ainda porque entre as duas Igrejas houve intenso intercâmbio cultural, social e litúrgico, tem S. Vicente uma consagração muito especial.

Não me foi possível consultar os textos litúrgicos desses Ritos, embora os tivesse pedido a livrarias da especialidade. Todavia o hino de Prudêncio (séc. V) e as sequências de Adão de S. Vítor (séc. XI), transcritos por D. Guéranger no seu célebre *Année Liturgique*, dar-nos-ão já uma ideia da pompa e da beleza com que neles é celebrado o invicto Mártir.

Lamenta aquele sábio e santo monge não poder dar no seu livro toda a bela poesia de Prudêncio. Que não hei-de dizer eu que, apesar de toda a boa vontade, só posso oferecer a VV. Ex.^{as} a tradução de

algumas das suas quadras? Faço-o, porém, e em verso (embora de pé-quebrado), para que VV. Ex.^{as} possam fazer ao menos uma pálida ideia do suave perfume de tão delicioso néctar:

*Vicente, Mártir Santo,
Este dia é radioso,
Pois nele ganhaste a palma
De um martírio glorioso.*

*Porque em tal dia venceste
O carrasco e o tirano,
Cristo te leva aos Céus,
Vitorioso e ufano.*

*Hoje ao lado dos Anjos
Tua veste resplandece,
Foi lavada no teu sangue,
Por isso, bela aparece.*

*Levita da tribo sacra,
Ministro do Santo Altar,
És coluna da Igreja
Que ajudaste a triunfar.*

*Em vida triunfador,
Na morte vitorioso,
Não te deixaste dobrar
Pelo tirano orgulhoso.*

*Ó Mártir, por tuas dores,
Escuta os devotos teus:
— Sê para nós pecadores
Advogado junto a Deus.*

E aqui têm VV. Ex.^{as} uma pobre amostra do culto de S. Vicente nos cultos mosarábicos e ambrosiano. Quem quiser apreciar as belas sequências de Adão de S. Vítor facilmente as encontrará no citado livro de D. Guéranger.

E entre nós (que é o que mais nos interessa), que se passa no que respeita ao culto litúrgico de S. Vicente?

Após a reconquista cristã da nossa terra — autêntica cruzada contra a moirama —, o Rito adoptado pelos novos senhores da Lusitânia foi, decerto, o Rito Romano, pois já se haviam realizado as tentativas de unificação dos Ritos, a que atrás aludi.

É, porém, natural que os cristãos, espalhados pelos territórios ocupados pelos Árabes praticassem a Liturgia Romano-Visigótica, tanto mais que o IV Concílio de Toledo, no ano 633, impusera aquele Rito a todas as Espanhas, salvo à região bracarense, que conservava o velho Rito de Roma, ainda não reformado.

De resto, devido à falta de contacto com a capital do Cristianismo, o Rito Romano-Visigótico teria conseguido manter-se vivo. Pelo que podemos concluir que os Mosárabes mantinham o culto Romano-Visigótico.

A cruzada de reconquista ia, no entanto, impondo o Rito Romano já unificado.

No que se refere, porém, a S. Vicente, é de crer que o Rito em que o Santo era celebrado continuasse a ser o Romano-Visigótico, que, certamente, se manteve até 1775, pelo menos.

A quem tenha mais tempo e paciência deixo o cuidado de procurar documentação decisiva sobre esta tese. Creio, porém, poder afirmar-se com toda a segurança que, pelo menos, na Capela de S. Vicente da Sé Patriarcal de Lisboa, o invicto Padroeiro da Capital era celebrado neste Rito Romano-Visigótico ou Mosarábico.

Embora ainda não tenha visto escrito algum em defesa desta tese, devo declarar que já em tempos o incansável Apóstolo da Liturgia em Portugal, Mons. Dr. Pereira dos Reis, em conversa interessantíssima sobre o assunto, me revelou que tal devia ser o culto de S. Vicente. Pena é que S. Ex.^a escreva tão poucas vezes, pois decerto a sua erudição resolveria todas as dúvidas. Espero, porém, que ainda venha a público dizer de sua justiça. Entretanto, e para despertar o interesse de pessoas mais autorizadas e competentes, aqui deixo formuladas as razões que me dão a certeza não só da existência daquele Rito em Portugal, mas da sua prática em Lisboa, em honra de S. Vicente:

I — Já ficou dito, e está confirmado pelo Mestre Júlio de Castilho, que a tradição da vinda das relíquias de S. Vicente, para Lisboa não é destituída de valor histórico. Ora, segundo tal tradição, quem informou Afonso Henriques da existência do corpo do Santo foram os Mosárabes, cristãos que viviam na Lisboa mourisca.

Decerto, que eles já celebravam o grande Mártir no Rito que tinham, tanto mais que, durante a dominação sarracena, por razões óbvias, eles não podiam adoptar outro.

II — Que o Rito Romano-Visigótico existiu em Portugal, é facto indiscutível. Há documentos insofismáveis. Um deles foi descoberto, há anos, pelo sábio investigador coimbrão, D. António Garcia Ribeiro de Vasconcellos, na cidade da Rainha Santa. Este documento, que vem citado e fotografado no Livro *El Canto Mozárabe*, de Cassiano Rojo e Germán Prado (Barcelona, 1929), pode servir como prova de que, em Coimbra, existiu também aquele Rito. E se nos lembrarmos de que o Convento de Santa Cruz era dos mesmos Cónegos Regrantés a quem estava confiado o de S. Vicente de Fora; se recordarmos que aqueles monges exerceram uma influência importantíssima na vida religiosa e cultural dos nossos primeiros reinados, talvez possamos concluir que o Santo Patrono do mosteiro lisboeta fosse louvado também em Coimbra com o Rito Romano-Visigótico.

III — Outra razão, não menos interessante, é a que nos oferece

a feliz coincidência de, no Ofício do Santo, tanto no Patriarcado como na Diocese de Faro, se cantarem ainda hoje algumas estrofes do célebre hino de Prudêncio, adoptado também, desde o século V, no Ofício do Rito Romano-Visigótico.

IV — Também ouvi dizer não sei a quem (garanto, porém, que não o sonhei nem inventei) que, antes das obras levadas a cabo por Baltasar de Castro, havia na capela vicentina da Sé Patriarcal uma roldana de campainhas cuja utilidade ninguém conhecia.

Ora no Rito Mosarábico usa-se um carrilhão em forma de roldana para tocar continuamente durante o Cânon da Missa. Não será, portanto, de concluir-se que o orago da referida capela era celebrado naquele Rito?

V — Uma achega mais me forneceu a preciosa informação de D. Gabriel de Sousa, Reverendíssimo Padre-Abade de Singeverga. Disse-me, há pouco, Sua Paternidade, em amena conversa sobre este assunto, que o Rev. Pároco da freguesia de S. Vicente da Chã, concelho de Montalegre, também não sabia o que fazer a uma roldana de campainhas que havia lá na igreja.

Não será esta roldana mais uma prova preciosa de que o culto de S. Vicente foi durante muito tempo o mosarábico?

É, pelo menos, sintoma muito interessante a existência de uma roldana numa igreja perdida em Trás-os-Montes, cujo orago é o grande Diácono.

VI — As razões apontadas podem não ser concludentes, mas julgo que não ficarão dúvidas algumas perante os documentos que a devoção a S. Vicente e a solicitude por quanto lhe diz respeito levaram o Snr. Dr. Adriano de Gusmão a oferecer-me. Não posso deixar de lhe agradecer aqui públicamente o espírito de colaboração com que deles me deu notícia e a amizade com que se deu ao trabalho de mos trazer.

Bem haja!

E aqui têm VV. Ex.^{as} esses dois preciosos documentos, que rezam assim, textualmente:

«Havia a Capella chamada a Missa de S. Vicente, que quotidianamente celebrabão os Bachareis por alternativa no Altar, onde estava o seu corno, com o privilégio de ser a própria do Santo em qualquer dia, ou festividade do anno sem excepção alguma. Constava esta Missa de algumas Orações, que não há nas outras missas: era de um só Padre; porém cantada a canto chão pelos Meninos do Coro, tocando-se em todo o tempo do Canon huma roda de campainhas, que estava na claustra por detrás da Capella do Santo, e se observava indispensavelmente. No seu oitavário era a Missa dos tres Padres, cantada a canto de orgão pelos mesmos Meninos do Coro; e tudo se fazia por uso antiquissimo».

J. Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, III tomo, pág. 347, 2.^a ed. 1762.

«Nesta Sé se canta todos os dias do anno huma missa em o seu Altar do Glorioso Martir S. Vicente, officiada pedosmoços do choro a hora de matinas, com differente Rito do Romano.....»

«Memorias para a Historia Ecclesiastica de Portugal» — *Questitos, ou perguntas sobre os monumentos historicos da se de Lisboa.*

(É anterior ao Terramoto)

Em face do que fica exposto, não será, pois, ousio meu afirmar que em Portugal, ou pelo menos na Capela Vicentina da Sé de Lisboa, até ao terremoto de 1755, S. Vicente era honrado na Liturgia Romano-visigótica.

E sendo assim, creio não haver grandes dificuldades em restaurar esse culto pelo menos, na referida Capela. Seria reatar uma devoção tradicional ao nosso Padroeiro e, ao mesmo tempo, restaurar um privilégio honroso para a nossa cidade.

Outra questão, também de certo interesse, que surgiu no meu espírito, durante os estudos a que procedi para este pobre trabalho, seria determinar qual a razão por que D. Afonso Henriques confiou o Mosteiro de S. Vicente de Fora aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. É que talvez não fosse de todo alheia a tal decisão a devoção ao Santo Diácono...

Estas coisas são como as cerejas: vêm umas atrás das outras. E o que é certo é que vim a reparar nisto: — Adão de S. Victor, o inspirado poeta das sequências vicentinas, falecido em 1173, era também Cónego Regrante na Abadia de S. Victor de Paris.

Nada me custa crer que o nosso primeiro Rei, tão ligado aos franceses por laços de sangue, pelos elos da amizade com S. Bernardo e outros, e ainda pela valiosa ajuda dos Cruzados, tenha confiado o Mosteiro que ele dedicou a S. Vicente à Ordem Religiosa a que pertencia aquele poeta do Santo. É até muito provável que os Cruzados também fossem devotos do Santo e cantassem as tais sequências tanto em voga naquela época.

Se assim fosse (e *nihil obstat*), ficaria satisfeita uma das muitas curiosidades do espírito besbelhoteiro dos historiadores...

Mas voltemos ao culto de S. Vicente. E agora especialmente em Lisboa.

Padrinho da cidade desde o seu Baptismo, o Santo Diácono foi celebrado com todas as honras litúrgicas, como era natural.

O seu dia natalício era, na Sé de Lisboa, precedido de uma vigília com missa apropriada, cujos textos, afora as orações que eram exclusivas, eram os da vigília de S. Lourenço, um dos santos de maior devoção da Igreja primitiva. Está registada em missais antigos.

Pròpriamente no dia da festa (22 de Janeiro), em S. Vicente de Fora, onde o santo era considerado Cónego Regrante, e na Sé em que fazia parte do Cabido, a celebração do Padroeiro era e é ainda hoje *duplex* de 1.^a classe com oitava privilegiada, rezando-se officio próprio e a tal Missa *Lætabitur*.

No dia da oitava, 29 de Janeiro, realizava-se na Sé, certamente promovida pelo Cabido, grandiosa e solene procissão com as relíquias de S. Vicente.

Fui encontrar num in-fólio da nossa catedral a notícia desta procissão, cuja tradição infelizmente se perdeu.

Reza assim o texto :

DIE XXIX JANUARI

PROCESSIO S. VINCENTII MARTYRIS

COMMEMORATIONES
DE EODEM SANCTO

ANTIPHONA

Oscæ Vincentium genuit,
Cæsar Augusta stola exornavit,
Valentia martyrio coronavit,
Lisbonna sepultura decoravit.

Justus ut palma florebit.
Sicut cedrus Libani multiplicabitur.

A festa da trasladação em 16 de Setembro, embora não tivesse tanta solenidade exterior, era e é ainda celebrada como *duplex maior* com missa própria, isto é, composta de textos apropriados à celebração do acontecimento, textos esses que, com excepção apenas do Cântico do Intróito e do trecho do Evangelho, são todos diferentes dos da festa de Janeiro. Isto segundo o próprio de um missal que possuo, editado na tipografia Plantiniana em 1716.

Finalmente, em Lisboa, a devoção ao Santo Padroeiro foi tão grande que o seu dia foi guardado como dia santo.

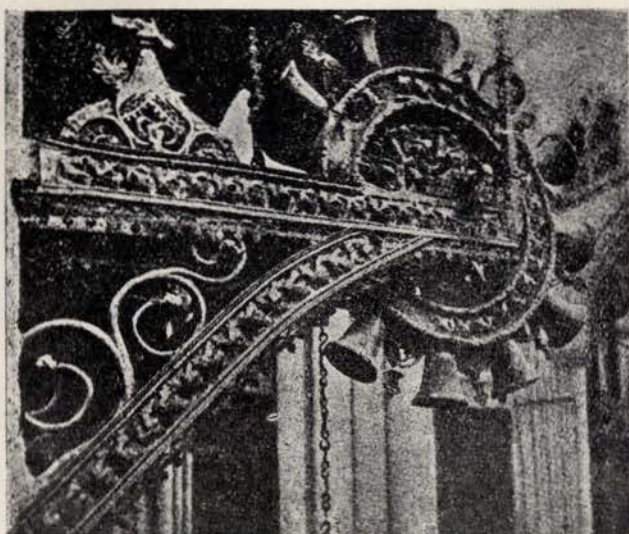


Pena é que a devoção a S. Vicente, Padrinho da Cidade e seu tão desvelado Protector, tenha decaído tanto nos últimos tempos.

A ingratição não fica bem a ninguém e muito menos a Lisboa que, desde tenra idade, foi animada e protegida por tão grande herói da Fé Cristã.

ro quasi per se et al — dico deus sicut se ille lura
quia ego fac cur e lus inueni cur tra uille lura
ex odor eius neus odor libani et quasi oliba
clo tu e lus ego quidiam et di — ueniam
Mam ille lura uille lura uille lura ob deia sibi
dit ar sibi in possessionem sibi — ex odor in p. d. ueniam
Uan dne ca non caudur
pe ihu di filius admirabilis cui nullus
In aer filio di uel equalis et caea
uel similis et caea potest quam caeam
ca ueniam uia sulbor faciat nos
Ad ae dne precam quam dignumur et
modum quam polliciamur et requise scis
dignetur pro se conuenit
Ac sic nos quicum modumque discipline
conuenit uia clemencia uia lura non
uifetur. Hec prophetiam aut ca ueniam aut
caeam ob uisum facinorosa sed amperat
uilego misera caone supra
et alpre caeam quod de p. l. ca ueniam

Pergaminho mosarábico da Sé de Coimbra. (Serve de capa de um cantoral romano do séc. XIII)



*Roldana de campainhas da
Catedral de Toledo — Rito
Romano-visigótico ou mo-
sarábico*



*Rosto do Missal de S. Vicente
(Sé Patriarcal — Séc. XVIII)*

Bem avisados andam, pois, o nosso Eminentíssimo Prelado e a ilustre Edilidade Lisbonense que promovem com tanto empenho o resurgimento da devoção ao glorioso Santo. E bem merece de todos o nosso «Grupo Amigos de Lisboa», que promove estudos, organiza festas, ciceroneia visitas, com o louvável intuito de intensificar e desenvolver a devoção do Povo de Lisboa ao seu invicto Padrinho.

Perdoem-me VV. Ex.^{as}. Mas não quero terminar sem dirigir duas palavras à ilustre Junta Directiva desta Casa.

É a primeira uma petição.

Senhores: Para maior honra da nossa cidade e maior prestígio do nosso Grupo, atrevo-me a pedir que tomeis a vosso cargo a iniciativa de promover a restauração não só do antigo culto Romano-visigótico ou mosárabe em honra de S. Vicente, ao menos na sua capela da Sé, mas também do feriado de 22 de Janeiro, para que o Povo lisboeta possa honrar condignamente o seu Santo Padroeiro.

A segunda palavra é de apresentação de desculpa.

Quiseram VV. Ex.^{as} que fosse eu a falar neste dia. Agradeço a honra do vosso convite e a letra em branco da vossa confiança. Lamento, porém, não ter correspondido inteiramente à expectativa. Fiz o que pude e como sabia. *Corvejei* muito livro, dei voltas de atacador, formiguei muito tempo e, afinal, nem sequer cumpri a promessa feita, no princípio desta falação, de não martirizar ninguém...

A generosidade dos meus ouvintes, a amizade que os liga a Lisboa e sobretudo a sua devoção a S. Vicente, decerto me terão já desculpado esta falta, bem como todas as outras deficiências.

Fique, porém, bem assente que as principais culpas de tudo isto cabem a quem aqui me trouxe: — a VV. Ex.^{as}.

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

ASSEMBLEIA GERAL DE 1954

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

referente ao ano de 1953

Ex.^{mos} Consócios:

Ao terminar o 17.º ano da nossa existência o Grupo tem que reconhecer a eficiência da sua acção e ao lançar um olhar retrospectivo para as suas realizações pode afoitamente concluir por um saldo positivo a favor do seu lema «A Bem de Lisboa».

É, portanto, oportuna a realização, prevista para o segundo trimestre do ano próximo, duma exposição bibliográfica e documental da obra realizada, que servirá simultaneamente para convencer os incrédulos e para dar a satisfação do dever cumprido àqueles que se têm devotado a esta meritória obra.

No ano findo avultou a campanha da mudança de sede, levada a bom termo, senão com êxito económico notável pelo menos suficiente para a mudança de instalação.

Detalhadamente nos relatos das actas da Junta Directiva encontrarão VV. Ex.^{as} o desenrolar minucioso da respectiva campanha.

Entre as realizações da nossa actividade cultural avultam as visitas de estudo, que foram vinte e quatro, realizadas a dezassete estabelecimentos diferentes, havendo a anotar em todas a farta concorrência e interesse dos nossos associados e a amabilidade e gentileza da grande maioria dos dirigentes dos lugares visitados, sendo credores de profundos agradecimentos, que aliás foram sempre feitos oportunamente.

São contudo dignos de referência especial o Ex.^{mo} Presidente da Câmara de Cascais sr. Tenente-Coronel José Roberto Raposo Pessoa, que pessoalmente nos acompanhou na visita feita a todo o Concelho, e ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Alenquer, que nos receberam e acompanharam na visita àquele Concelho; e os Ex.^{mos} Comandantes Geral da Polícia de Segurança Pública e da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, que também pessoalmente acompanharam as visitas realizadas às respectivas instalações, tendo o segundo vindo ao Grupo fazer uma conferência sobre a actividade da Polícia do seu Comando, a que o primeiro presidiu; e a amabilidade dos técnicos da Fábrica do Gás da Matinha, que nos acompanharam na visita, tendo-se o Director-Geral da Sociedade Companhias Unidas Gás e Electricidade deslocado à Matinha, para nos receber, e tendo sido tiradas fotografias, que foram individualmente oferecidas a grande número de visitantes.

Durante o ano houve onze conferências na sede, sendo três consagradas a discutir o tema «A Arquitectura de Lisboa».

Realizaram-se quatro exposições, todas elas fartamente concorridas; para o seu êxito concorreu a cedência das colecções de Pintura Olisiponense do falecido Pintor Alfredo Keill, cedidas pelos seus possuidores, a de Registos e Imagens da colecção Antoniana, do nosso consócio Dr. José Pinto de Aguiar, a de Silhuetas, do nosso consócio Dr. José Garrido Mendes da Cruz e Registos de Santos Olisiponenses, da colecção do signatário.

Houve uma sessão de cinema, de filmes coloridos, cedidos pela Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa e realizada nas salas da Casa das Beiras.

Fez-se o tradicional Passeio no Tejo e um Almoço Olisiponense, homenagem dum grupo de sócios estabelecidos no Bairro Alto e cujo relato será publicado no próximo número de *Olisipo*, de que durante o ano se publicaram quatro números, onde consta o texto da maioria das conferências realizadas na sede.

No intuito de elevar o nível cultural do Grupo trouxe-se às nossas salas, ao Passeio no Tejo e à colaboração no *Olisipo* alguns nomes de eruditos que não são nossos consócios. Assim, foram conferencistas os Ex.^{mos} Srs. Architecto Raul Lino, Prof. Hernani Cidade, Coronel Monteiro Libório e Eng.^o Sande e Castro; foi orador no Passeio no Tejo o Eng.^o Álvaro Lima e colaborou no *Olisipo* o Dr. Mário Nunes Costa.

Foi grande a brecha aberta entre as nossas fileiras pela morte de associados. Assim, perdemos durante o ano findo 26 consócios:

N.^o 3 — Dr. Alberto Mac-Bride
» 17 — Aprígio Mafra

- N.º 34 — Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal
 » 122 — Eng.º João Ferreira Pinto Basto
 » 143 — Coronel Henrique Linhares de Lima
 » 219 — Dr. Carlos Arruda Furtado
 » 245 — Rutilo Tábuas Rodrigues
 » 320 — António Domingos Correia Gomes
 » 378 — João Duarte
 » 561 — Eugénio Monção Soares
 » 669 — Henrique Marques Júnior
 » 734 — José Maria da Costa Freire
 » 737 — Eduardo Wilhelm de Aguiar Lützens
 » 770 — António Pereira L. Kergall
 » 893 — Guilherme Cardim
 » 1190 — António Rodrigues Natário
 » 1325 — Luís Soares Ribeiro
 » 1509 — Dr. Mário Gastão Ferreira
 » 1517 — António Maria Leal
 » 1747 — Prof. Manuel António Moreira Júnior
 » 1765 — Pompeu Justino dos Reis
 » 1963 — Conde de Folgosa
 » 2183 — João Francisco Teixeira
 » 2199 — Dr. António Cabreira (Conde de Lagos)
 » 2226 — António Luís Pestana
 » 2527 — Dr. Caetano Gonçalves

À família de todos fizemos chegar oportunamente a expressão do nosso sentimento, mas há que destacar alguns que, ou por serem sócios fundadores, como os Ex.^{mos} Snrs. Dr. Alberto Mac-Bride, Aprígio Mafra, Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal, ou por pertencerem aos Corpos Gerentes, ou Comissões, como os já citados Drs. Mac-Bride e Perry Vidal e Henrique Marques Júnior, este último como membro da Comissão de Contas, sempre assíduo às nossas reuniões e o primeiro, como antigo Director e Presidente da Assembleia Geral. Nos seus funerais se incorporaram representantes do Grupo, ao seu passamento aludiu o nosso Boletim e a todos consagramos uma especial palavra de saudade.

Durante o ano foram oferecidos ao Grupo, além de várias obras para a sua Biblioteca, que foram imediatamente agradecidas, dois objectos que pelo seu significado merecem uma referência especial: a obra holandesa de Frans de Hass impressa em Amesterdão em 1758, com curiosas gravuras coloridas, sobre Portugal, oferta do nosso consócio Snr. Johan Voetelink, que expressamente veio à sede para a oferecer, e um quadro a óleo representando o «Poço das Picoas», da autoria de Joaquim Prieto, oferta da nossa consócia Ex.^{ma} Snr.^a D. Guida Keil. Este último ainda não deu entrada na sede.

Foi o seguinte o movimento de sócios durante o ano findo:

Existiam em 1-1-953		1.407
Faleceram	26	
Demitiram-se	<u>121</u>	<u>147</u>
		<u>1.260</u>
Readmitiram-se	4	
Foram admitidos	<u>75</u>	<u>79</u>
Existiam em 31-12-953		<u>1.339</u>

As nossas contas, que, como o ano passado, tiveram em todas as realizações saldos positivos, têm como expressão, o que vem no Balanço que junto sobe à apreciação de VV. Ex.^{as} e cujo resultado final é representado por um saldo positivo de 10.518\$36.

A nossa Secção de Movimento Cultural e Propaganda, como sempre, acompanhou o Secretário-Geral na organização dos programas culturais com a solicitude que nunca é de mais encarecer.

Não tiveram ensejo de se reunir, por falta de assunto, as outras Secções.

A Comissão de Contas colaborou sempre atenta aos negócios associativos.

São de propor a VV. Ex.^{as} os seguintes votos:

- a) Agradecimento à Comissão de Contas;
- b) Louvor e agradecimento à Secção de Movimento Cultural e Propaganda;
- c) Agradecimentos à Imprensa, Emissora Nacional, Rádio Clube Português e Rádio Renascença, pela sua solícita e obsequiosa colaboração;
- d) Agradecimento a todos os nossos colaboradores nas visitas, conferências e exposições e à Direcção encarregada da nossa Revista e ao seu orientador técnico o nosso consócio Ex.^{mo} Snr. Luís Moita;
- e) Agradecimento aos advogados Ex.^{mos} Snrs. Drs. José Lino e Fernando Teixeira pela sua obsequiosa acção na nossa questão de inquilinato;
- f) Um voto de sentimento pelos consócios falecidos, particularmente pelos Dr. Alberto Mac-Bride e Henrique Marques Júnior, que

faleceram no exercício das suas funções de Presidente da Assembleia Geral e Relator da Comissão de Contas;

g) Um voto de louvor ao nosso pessoal e em particular ao nosso chefe de secretaria.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1953.

O Secretário-Geral e Relator
Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

Aprovado em reunião da Junta Directiva de 16 de Janeiro de 1954.

O Presidente
Prof. Doutor Augusto Pires Celestino da Costa,

O Vice-Presidente
Gustavo de Matos Sequeira

O Secretário-Geral
Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

O Secretário-Geral Adjunto
Dr. José Leitão de Barros

O Tesoureiro
Hugo Raposo

Os Vogais
Diamantino Tojal
Prof. Doutor Joaquim Fontes
Joaquim Roque da Fonseca
Coronel José Pereira Coelho

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

referente ao ano de 1953

Prezados Consócios:

Em conformidade com as disposições estatutárias, vem a vossa Comissão de Contas apresentar o seu Parecer, referente ao Relatório do 17.º ano, que terminou em 31 de Dezembro próximo passado.

Durante o decurso desse ano esta Comissão acompanhou os actos da vossa Junta Directiva, e teve ensejo de verificar o zelo e a competência como foram resolvidos todos os assuntos de carácter cultural e administrativo, bem como a ordem notável, em todos os serviços sob a sua direcção.

Entre as várias realizações há a salientar a mudança da sede do Grupo, que incontestavelmente ficou superiormente instalado, no antigo Largo de São Roque, para o que bastante devem ter contribuído diversas dedicações pela nossa Instituição.

Porém, sem desprimor para ninguém é de elementar justiça salientar o trabalho eficiente, dedicado e inteligente do Senhor Secretário-Geral, Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves, para se conseguir a mudança a que nos referimos, em termos e condições económicas, muito apreciáveis para o Grupo.

Pelo movimento associativo também verificámos que a objectividade do nosso Grupo vai interessando aqueles que nutrem simpatia especial pela nossa querida Lisboa.

Se bem que não esteja no âmbito das atribuições desta Comissão, fazer referência à acção cultural da respectiva Secção, não podemos deixar de exaltar o seu valioso trabalho de propaganda em prol desta Cidade, e do Grupo de que fazemos parte, isto é: conferências, exposições e visitas culturais a diversos monumentos e instalações industriais ou fabris.

Terminando, temos a honra de vos propor as conclusões seguintes:

1.º — Que VV. Ex.^{as} aprovem o Relatório da Junta Directiva, referente ao ano de 1953.

2.º — Que seja consignado na acta da Assembleia Geral um voto de muito louvor e agradecimento, pela forma inteligente como o nosso ilustre Secretário-Geral, Senhor Doutor Eduardo Neves, resolveu o assunto relativo à mudança da nossa sede.

3.º — Que louveis o Director-Tesoreiro, Senhor Hugo Raposo, que com a maior solicitude e zelo acompanhou o Director-Secretário em todos os assuntos respeitantes à mudança da sede.

4.º — Que louveis a Secção de Movimento Cultural e de Propaganda, pela sua manifesta actividade.

5.º — Que louveis o Guarda-livros, e sua ajudante, pelo desenvolvimento, clareza e exactidão, como arrumaram as contas do Grupo.

6.º — Que louveis todo o pessoal, e muito especialmente o Chefe da Secretaria, pela valiosa colaboração prestada aos Corpos Gerentes.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1954.

A BEM DE LISBOA

Dr. Alberto Gomes
Presidente

Higino Nunes da Silva
Secretário

Brazião Alves
Relator

ACTA N.º 18

Aos vinte e um do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, pelas vinte e duas horas e dez minutos, na sede do Grupo «Amigos de Lisboa», no Largo Trindade Coelho, número nove, primeiro andar, reuniu-se em segunda convocação a Assembleia Geral Ordinária, de harmonia com o artigo décimo sétimo dos Estatutos, para, nos termos do aviso convocatório, discutir e votar o relatório anual da Junta Directiva e o parecer da Comissão de Contas e eleger o Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral até ao fim do actual triénio.

Presidiu à sessão o Senhor Teodoro Lopes Ramos, tendo como primeiro secretário o Senhor Mário Costa e como segundo secretário o Senhor Joaquim Pascoal Rodrigues. O Senhor Presidente, antes de dar início aos trabalhos, destacou o facto de ser esta a primeira Assembleia Geral realizada na nova sede, óptimas instalações que se ficam devendo à dedicação do Secretário Geral, Senhor Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves. Aludiu depois à circunstância de o falecimento dos muitos ilustres Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral dar origem a que lhe coubesse a ele a honra de presidir a esta primeira sessão na nova sede. Por isso agradecia a presença de todos e antecipadamente contava com a benevolência dos prezados consócios na direcção dos trabalhos.

Seguidamente, o Sr. Mário Costa procedeu à leitura da Acta da sessão anterior, a qual, posta à votação, foi aprovada, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra antes da ordem da noite, o Sr. Teodoro Lopes Ramos convidou o Sr. Dr. Eduardo Neves a proceder à leitura do Relatório da Junta Directiva e, em seguida, o relator Sr. Brazião Alves à do Parecer da Comissão de Contas, parecer este que, entre outros, propõe um voto de louvor e agradecimento pela forma inteligente como o nosso ilustre Secretário Geral — Sr. Dr. Eduardo Neves — resolveu o assunto relativo à mudança da nossa sede, e que, bem assim, seja louvado o Director Tesoureiro — Sr. Hugo Raposo —

que, com a maior solicitude e zelo, acompanhou o Director Secretário na solução deste assunto.

O Sr. Presidente faz depois consideração sobre o Relatório e Parecer e suas conclusões e votos; aprecia, elogiando, a actividade do Grupo e louva e cumprimenta todos os membros da Junta Directiva e Comissão de Contas, salientando o nome do illustre Professor Doutor Celestino da Costa, que, apesar do seu labor científico, continua dedicando ao Grupo a melhor atenção. Alude ainda ao interesse que o Sr. Dr. Eduardo Neves manifesta constantemente por todos os problemas affectos ao cargo que desempenha.

Usaram em seguida da palavra o Sr. Professor Celestino da Costa, para agradecer as referências que lhe foram feitas e à Junta Directiva, e o Sr. Dr. Alberto Gomes, em nome da Comissão de Contas, para se confessar igualmente grato.

O Sr. Dr. António Joaquim Moreira Júnior propõe que se generalizem os louvores a toda a Junta Directiva e Comissão de Contas.

Postos à votação os documentos citados, votos formulados e proposta supra, foram todos aprovados por unanimidade.

Pede seguidamente a palavra o Sr. Hugo Raposo, que, depois de cumprimentar o Sr. Presidente e de aludir ao Parecer da Comissão de Contas, destaca a colaboração dada ao Grupo pelos Srs. Professor Celestino da Costa e Dr. Eduardo Neves e apresenta uma proposta no sentido de que do saldo da conta «Fundo Variável», no total de Esc. 24.833\$57, se faça a amortização de Esc. 2.045\$20, no valor respeitante à Biblioteca, e de Esc. 17.840\$00, na conta de «Móveis e Utensílios», passando o saldo do «Fundo Variável», no valor de Esc. 4.948\$37, para conta nova, proposta esta em que se segue uma tradição da Contabilidade do Grupo.

E como a proposta tivesse suscitado um reparo do Sr. Teodoro Lopes Ramos, o Sr. Dr. Eduardo Neves pediu a palavra e, depois de agradecer todas as referências que lhe foram feitas, esclareceu que a proposta apresentada pelo Sr. Director Tesoureiro tinha merecido a concordância da Junta Directiva e da Comissão de Contas, pelo que o Senhor Presidente a pôs então à votação, sendo aprovada.

O Senhor Presidente propõe em seguida uma salva de palmas ao Sr. Professor Celestino da Costa, que se verificou e que este agradeceu, e, bem assim, as palavras que lhe dedicaram os Senhores Teodoro Lopes Ramos e Hugo Raposo.

É depois suspensa a sessão, que reabriu dez minutos depois para se proceder à votação; e feita esta, verificou-se terem entrado na urna dezóito listas, sendo eleitos por unanimidade os Senhores Professores Doutor Fernando Freitas Simões, para Presidente da Assembleia Geral, e Engenheiro Ricardo Teixeira Duarte, para Vice-Presidente.

Concedida a palavra ao Senhor Matos Sequeira, este senhor alude ao décimo sétimo aniversário do Grupo, refere-se à justiça do louvor ao Sr. Dr. Eduardo Neves, já aprovado, cumprimenta a Mesa e elogia a forma como o Sr. Teodoro Lopes Ramos conduziu os trabalhos, e termina por cumprimentar igualmente os Senhores Dr. Alberto Gomes e Brazião Alves. Levanta-se novamente o Sr. Professor Doutor Celestino da Costa para se associar pessoalmente aos louvores com que o Sr. Dr. Eduardo Neves tem sido distinguido e, bem assim, para propor um voto de louvor à Mesa, que foi aprovado.

Novamente o Senhor Dr. Alberto Gomes agradece o voto de louvor à Comissão de Contas e o Sr. Dr. Eduardo Neves agradece também as palavras que o Sr. Matos Sequeira lhe dedicou e, bem assim, o voto e referências da Comissão

de Contas. Finalmente, o Sr. Eduardo Portugal propõe um louvor aos organizadores das visitas e excursões, o que se esclareceu já estar aprovado por constar do Relatório da Junta Directiva.

E como não houvesse qualquer outro inscrito, o Presidente da Mesa — Sr. Teodoro Lopes Ramos — proferiu palavras de congratulação pela maneira como haviam decorrido os trabalhos, agradeceu o voto de louvor aprovado e, cumprimentando os presentes, encerrou a sessão às vinte e três horas e cinco minutos.

Presidente

Teodoro Lopes Ramos

Primeiro Secretário

Mário Costa

Segundo Secretário

Joaquim Pascoal Rodrigues

ACTIVIDADE CULTURAL NO ÚLTIMO TRIMESTRE

NO período compreendido de 1 de Janeiro a 31 de Março foram as seguintes as nossas actividades culturais, como se annunciou na nossa circular n.º 133:

Em 10 de Janeiro, realizou-se a visita de estudo às instalações da Manutenção Militar, na Rua do Grilo, sob a direcção do Ex.º Er. Capitão Sousa, delegado do Director do respectivo estabelecimento em que foi dado observar as mais modernas instalações do fabrico de massas alimenticias, moagem e outras dependências que mereceram pelo seu arranjo todo o interesse e atenção dos visitantes.

A 20, 21 e 22 do mesmo mês realizou-se a visita de estudo à Escola de Artes Decorativas António Arroio onde foi dado aos visitantes visitar as aulas de litografia, talha, cinzelagem, cerâmica, olaria, desenho e pintura decorativa, guiados pelo seu illustre Director Ex.º Sr. Pintor Lino António, auxiliado pelos professores Ex.ºs Srs. Júlio Santos, Rodrigues Alves, Carlos Mendes, Adolfo de Almeida, Jorge Pinto, Henrique Tavares e Pintor Abel Manta e os mestres Srs. Furtado, Graça e Rogério.

Nesse mesmo mês, comemorando o Dia de S. Vicente, o nosso consócio Rev. Sr. Padre José Correia da Cunha realizou na sede uma conferência a que presidiu o nosso consócio Sr. Dr. Jaime Lopes Dias, em representação da Presidência da Ex.ª Câmara Municipal de Lisboa, e em que à cidade e ao seu Padroeiro foi tecido um hino de fino recorte literário e cujo texto, na íntegra, se publica neste número.

Em Fevereiro, realizaram-se duas visitas culturais, uma ao antigo convento da Madre de Deus, em Xabregas, dirigida pelo nosso consócio Sr. Mário de Sampayo Ribeiro, e outra ao antigo convento da Encarnação, dirigida pelo nosso consócio Ex.º Sr. Dr. José Pinto Morais da Cruz Aguiar.

Da primeira, realizada em 14, já o texto da conferência foi publicado a quando da primeira visita; da segunda, realizada a 28, será o texto da conferência proferida publicado no próximo número de Odisipo.

Em Março, realizaram-se, uma conferência pelo nosso consócio Ex.º Sr. Francisco de Oliveira Martins, sobre «Pina

Manique Amigo de Lisboa», em que esse erudito explanou com brilho tudo quanto a cidade deve ao seu Intendente, de que o autor tem sido cronista apaixonado.

A 23, realizou-se na sede uma exposição de miniaturas olisiponenses, da colecção Alfredo Keill, organizada por sua filha, nossa consócia Ex.^{ma} Sr.^a D. Guida Keill. Essa exposição que se conservou aberta até ao fim do mês trouxe à nossa sede grande número de artistas e eruditos apaixonados por coisas de arte.

A 28, o Ex.^{mo} Sr. Reitor do Liceu Nacional de Oeiras recebeu gentilmente o nosso Grupo nas modelares instalações do seu Liceu, de construção e inauguração recentes.

As Direcções de todos os edificios e instituições visitadas foram, como de costume, gentilíssimas nas recepções que nos proporcionaram.

Como consequência destas visitas e no cumprimento dos nossos deveres de defesa do Património Artístico da Cidade, o Grupo actuou junto das entidades competentes acerca da reconstituição do arranjo artístico do coro da Igreja de Madre de Deus e sobre a defesa da zona de protecção da Basílica da Estrela.

E. N.

FEIRA DA LADRA

PARA A HISTÓRIA DO PERÍODO POMBALINO

O historiógrafo, sr. Luís Bivar Guerra, numa bela edição do Arquivo do Tribunal de Contas, acaba de publicar mais um importante trabalho que se intitula «Inventário e Sequestro das casas de Távora e Atouguia em 1759», o qual com o Inventário já publicado em 1952 da Casa de Aveiro, constitui um repositório de preciosos informes sobre essa época e uma achega de grande valor para o estudo das artes decorativas do meado do século XVIII. É também de estimar o contributo dado para se avaliar do ambiente político durante o consulado de Pombal, mesmo para quem não torne este estadista editor geral e único de todas as maldades então praticadas.

A RIBEIRA DAS NAUS

O sr. Joaquim Cardoso, um livreiro bem lisboeta, lançou há poucos meses na Imprensa uma ideia para a valorização da nova artéria «Ribeira das Naus», que defronta o Tejo, entre o Terreiro do Paço e Corpo Santo. A sua sugestão revela um verdadeiro amor pela cidade, e o sr. Cardoso apresenta-a livre do conhecimento da urbanização, ainda em estudo, do formoso local. A ideia de uma esplanada-belvedere, arborizada e ajardinada, guarnecida de um parapeito de pedraria, com pavilhões de arquitectura clássica (restaurante e bares), seria valorizada ainda com um monumento

aos nossos navegadores — o Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Bartolomeu Dias, Diogo Cão, Corte Real, Diogo da Azambuja, etc. e com uma galeria de estátuas aos maiores historiadores, poetas e outros homens célebres.

Há, evidentemente, muito de poesia nesta sugestão. A não sobrar ela para uma urbanização dignificadora da Ribeira das Naus, sobrava ainda o contra, incapaz de se remover, daquela faixa marginal, por razões de ordem orográfica, só pode servir para via de passagem e não para local de estágio. E o sonho de carrear para ali a concorrência é semelhante à ideia quimérica de levar gente ao Terreiro do Paço e de pôr lá o comércio que só existe no nome.

TIPOS POPULARES DO BAIRRO ALTO — O «CHICO Á Ú»

NÃO vai muito longe de 40 anos, circulou por estas ruas durante curto prazo de tempo um típico aguadeiro dos muitos que enxameavam nas artérias desta velha Lisboa; seu nome, recebido na pia baptismal, era Francisco, mas todos o conheciam pela alcunha do «Chico Á Ú». Chico diminutivo do seu nome próprio e «á u» pelo mister que exercia.

A sua figura era notadamente grotesca, estatura excessivamente baixa, tronco algo redondo, pernas muito cambas, carão bastante largo onde se notava um vermelhão nariz devido ao excessivo álcool que ingeria, e a completar a sua

caricata fisionomia as longas e mal cuidadas suissas como era usual nos moços da sua classe; tinha um modo de andar muito esquisito, sempre aos saltinhos e em breves corridinhas fazendo lembrar um pardal de telhado. Usava calça e jaqueta de bombazina muito chapeadas com diferentes padrões, grandes sapatorros cardados e boné já muito surrão completado por larga pala de oleado de cor duvidosa. Era manieto em versejar acerca de qualquer assunto mais notório, e dos muitos e destrambelhados versos que improvisava vale a pena aqui fixar três, captados de episódios sucedidos durante o seu curto estacionamento neste bairro inesgotável de curiosas historietas e alegres anedotas.



Os endiabrados garotos que nesse tempo enzameavam n'este burgo com purrias e opiniões acerca da antiga linhagem dos velhos arruamentos se calhavam de topar nos seus encontros este conhecido «Chico Á Ū» faziam dele alvo das suas diabruras, puxavam as cordas que lhe pendiam do ombro, tiravam o suspiro do barril que levava cheio de água a fim de o encharcar e, por vezes, com preparado pinhão era estatelado na rua, ocasionando mossas no barril, que aos poucos se desconjuntava. E quando por fim o largavam cobriam-no de injúrias e doestos mal soantes; mas o nosso herói apesar de receber estas judiarias nunca se amofinava e quando algum transeunte se condoía dele e o lamentava, recebia prontamente a espirituosa resposta em verso:

O Diabo, esse matreiro,
Nada quis com os rapazes,

E assim o pobre aguadeiro
Atura num dia inteiro
Mil diabruras audazes.



A fim de mourejar pela vida percorria diàriamente estas antigas vielas com o tradicional barril no ombro, mas, por último sempre vazio, pois que de tantas mossas que propositadamente lhe applicavam andava todo chapeado com bocados de lata velha para não se desconjuntar de vez. Quando alguma freguesa bairrista lhe requisitava o serviço de água ao domicilio era curioso ver o caricato «Chico Á Ū» em breves corridinhas direito aos chafarizes do Carmo ou da Calçada da Glória em busca do requisitado líquido, e na volta do seu frete, de cântaro cheio, ainda mais corria, para ao menos chegar ao seu destino com meio barril de água, pois que a vasilha entornava por todas as juntas, e, na sua mania de versejar ia sempre cantando numa imitação agalegada:

Água bae, água bem,
Cada barril um bintém.



Os versos que lhe saíam da imaginativa eram muito do agrado dos faiantes que habitualmente frequentavam as baiúcas deste primitivo bairro, dando motivo a ser o maníaco poetastro «Chico Á Ū» inúmeras vezes assediado pelos pretendentes a cantadores fadistas com pedidos de motes e glosas para as canções que entoavam nas tabernórias escolhidas para esse fim, sendo mais preferidas a da «tia Balbina», na Rua da Atalaia, próximo da Travessa das Mercês, «O Cachampim» no mesmo arruamento junto ao Poço da Cidade, e ainda «O Barroco»

sito no declive da Travessa dos Fieis de Deus esquinando pela Rua da Barroca.

Nesta última tabernória onde se cultivava a Canção Nacional, por vezes apreciei alguns versos da autoria do «Chico Á Ú» que me seduzia ouvir por serem inspirados na sua maior parte na história do velho Bairro Alto. Cheguei a tomar apontamento de uma composição que durante algum tempo esteve afixada numa das paredes da locanda, pintada a tinta escura sobre um comprido papel amarelado; nesses versos se notavam os conhecimentos deste nosso biografado acerca de algumas páginas da Lisboa Antiga, de Mestre Júlio de Castilho, na passagem referente à nomenclatura da Rua da Barroca. Escrita em português corrente, pois que ele se orgulhava em ser de origem portuguesa, rezava assim:

Em tempos que já lá vão,
Viveu aqui numa toca
Um Frade... um Ermitão!
A quem chamavam então
O Frei João da Barroca.

Nesses tempos tão fatais
Esmolava-se p'ra viver,
E nunca era demais
O que entrava nos bornais,
Pois não chegavam a encher.

Então o bondoso Frade
Já velho, trôpego e mouco
Bramava, pela Cidade,
Já não têm caridade
Para o Santo do Barroco.

Quem tivesse por curiosidade analisado a faceta deste grotesco aguadeiro, tirava por conclusão de que era um verdadeiro excêntrico. Exercia o seu mister de saciar a sede aos habitantes do Bairro, era um autêntico bobo da garotada do sítio

e ainda escrevia versículos para quem lhe apreciava a veia poética.

Certo dia este aguadeiro-poeta desapareceu de súbito destas paragens, sem nunca alguém saber qual foi o seu destino.

Teodoro Lopes Ramos

LISBOA NA IMPRENSA DA PROVÍNCIA

O jornal «O Tempo», de Penafiel, de 14 de Março de 1954, insere em fundo um interessante artigo sobre Lisboa e o itinerário dos seus visitantes da autoria do nosso consócio Ex.^{mo} Sr. Coronel J. R. da Costa Júnior.

O autor dos Fidalgos da Estrabuela e o apaixonado da Contabilidade Rural em que é metre e de que foi professor, a despeito de provinciano, descreve carinhosamente Lisboa e solicita os seus conterrâneos a visitá-la. E tão sugestivamente os solicitou que muitos vieram já.

Bem haja.

E. N.

INÊS DE CASTRO, À FRANCESA

A história portuguesa tem sofrido pelos tempos fora tratos de polé, quando vai parar às mãos de estrangeiros, e se estes são escritores de talento, as maldades agravam-se e as crueldades tocam o inverosímil. O motivo está na poesia peninsular dos assuntos, ressumada da violência dos temperamentos. O caso «Inês de Castro», tem sido uma das grandes vítimas, mas nenhuns torniquetes se lhe deu tão bárbaro como este que lhe aplicou recentemente o dramaturgo fran-

cês Henry de Monterland, no seu drama «La Reine Morte» representado na Comédie de Paris, em 1942 pela primeira vez e reposta em vários teatros com êxito marcante por várias vezes.

A peça que se passa em Lisboa e Santarém, tem uma contextura literária ultra fantasista. O nosso Rei D. Afonso IV, não é o Bravo, é o Magnânimo, e, em vez de Afonso chama-se Ferrante (!) é dado como conquistador da Índia, em certa altura do drama. Montherland apresenta-o como filósofo e poeta. O Infante D. Pedro, julgado incapaz para Rei, passa na peça como uma figura acessória, e é preso, à ordem do Rei, pelo Tenente Martins, no Castelo de Santarém. A loira Inês, é morta pelo Capitão Batalha, e dada como

filha do Conde de Castro e de uma portuguesa. A Infanta D. Constança, é substituída por uma Infanta de Navarra que vem casar com D. Pedro que era já marido de Inês. O Rei manda prender o arcebispo que os casou, e pede ao Papa que anule o casamento. Como o Sumo Pontífice não aceda ao pedido ordena ao tal capitão Batalha que mate Inês de Castro. D. Pedro, furioso, renega a coroa e diz ao pai que a dê ao primo de Bragança (!). Toda esta trapalhada histórica se passa no século XVI, e todas as personagens se vestem à moda do tempo de D. Sebastião.

Lisboa gostaria de certo de ver e ouvir a peça deste novo «matador» da que foi Rainha depois de morta.

Pérola do Rocio, L.^{da}

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas, para todo o país e estrangeiro

Rocio, 105 - LISBOA

Telefone 2 0744

E. Pinto Basto & C.^a L.^{da}

LISBOA

TRANSPORTES MARÍTIMOS
E AÉREOS

CARVÃO

SEGUROS

REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)

EXPORTAÇÕES

TRANSITÁRIOS, ETC. ETC.

no PORTO

KENDALL, PINTO BASTO & C.^a, L.^{da}

Secções de Tipografia, Encaderna-
ção e Pautação. Trabalhos simples
e de luxo

PAPELARIA ≡ CAMÕES ≡

DE

AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,
LIMITADA

Pincéis, telas e tintas de óleo, para
aguarela, desenho e guaches das
marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan
e Schmincke



42 — Praça Luís de Camões — 43
Telef. 23063 — LISBOA

ATENÇÃO

ANTIGA OURIVESARIA Miguel A. Fraga, L.^{da}

PAVILHÃO DOS OURIVES

Largo Martim Moniz, 18

OURO, PRATA, E JÓIAS a baixos preços.

Telefone 2 8503

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E.
TEL. 4 9313 — LISBOA

— °
Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.°
Telefone 2 6251 — PORTO

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Pedro d'Oliveira Telhado & C.^ª

Rua dos Fanqueiros, 81 - 2.º

LISBOA

Telef. 25931 Teleg. Knoblock

Exportadores de Tecidos para as Colónias

Fornecedores das Entidades Oficiais



Domingos de Lisboa

JARDIM DA ESTRELA (OU DE GUERRA JUNQUEIRO)

UM verdadeiro Paraíso de araucárias, tílias, buganvilas, dragoeiros, plátanos, álamos, cameleiras, quénsias e freixos, é o Jardim da Estrela, situado entre o Largo que lhe deu o nome e a Avenida Alvares Cabral.

Foi o Conde de Tomar quem, em 1842, sugeriu à Rainha D. Maria II a conveniência de se dotar a cidade com mais este melhoramento que, ao fim de vicissitudes várias, foi inaugurado na primeira semana de Abril de 1852.

O ciclone de 1941 destruiu algumas belas árvores do Jardim, mas a Câmara Municipal logo tomou a seu cargo a valorização do local, allindando-o com requintados desvelos.

Diversas estátuas e alegorias povoam o ambiente deste frondoso Paraíso, onde os lagos, as cascatas e as extensas alamedas, foram colocados com o melhor sentido paisagístico, por forma a categorizarem o Jardim da Estrela como um dos mais belos da parte ocidental de Lisboa.

PASSAM JUNTO DESTA JARDIM:
AUTOCARROS DAS CARREIRAS: 9-22
ELÉTRICOS DAS CARREIRAS: 26-26A E 28

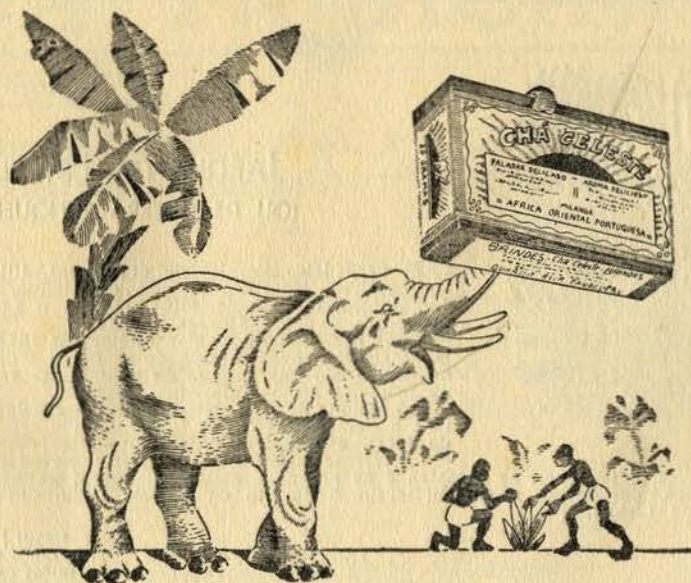


Os «Amigos de Lisboa»

preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa



Sociedade Geral

de

Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Carga e expediente: Rua do Comércio, 39 Telefone: 30551

FRUTA

n/m ÁFRICA OCIDENTAL . . .	1.560 T	n/m CARTAXO	1.376 T
n/m ALCOBAÇA	9.588 T	n/m COLARES	1.376 T
n/v ALCOUTIM	10.526 T	n/m CONCEIÇÃO MARIA . . .	2.974 T
n/m ALENQUER	6.588 T	n/m CORUCHE	1.376 T
n/m ALEXANDRE SILVA . . .	3.215 T	n/v COSTEIRO	900 T
n/m ALFREDO DA SILVA . . .	3.643 T	n/m COSTEIRO TERCEIRO . .	1.426 T
n/v ALFERRAREDE	2.118 T	n/m COVILHÃ	1.376 T
n/m ALMEIRIM	9.588 T	n/v CUNENE	9.800 T
n/v AMARANTE	12.600 T	n/v FOCA	2.060 T
n/m AMBRIZETE	9.245 T	n/v INHAMBANE	9.619 T
n/m ANA MAFALDA	3.643 T	n/v LUSO	10.125 T
n/m ANDULO	9.245 T	n/v MARIA AMÉLIA	3.005 T
n/m ANTONIO CARLOS	2.974 T	n/v MELLO	6.253 T
n/m ARRAIOLOS	9.588 T	n/v MIRANDELA	8.280 T
n/m BELAS	7.259 T	n/m SÃO MACÁRIO	1.221 T
n/m BORBA	7.259 T	n/v SAUDADES	6.430 T
n/m BRAGA	7.224 T	n/v SILVA GOUVEIA	1.353 T
n/m BRAGANÇA	7.224 T	n/v ZÉ MANEL	1.240 T

TOTAL: 196.277 TONELADAS

REBOCADORES:

«AFRICA», «CINTRA», «ESTORIL»,
«FREIXO», «SÃO CRISTOVÃO»,
«SOURE», «PRAIA DA ADRAGA»
E «PRAIA GRANDE»

33 Batelões (7 de 500 T., 24 de 400 T. e 2 de 250 T.)

25 Fragatas de (2.300 T.)

1 Barca de água (250 T.)

1 Draga «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m³ cada

LANCHAS A MOTOR:

«GAROTA», «BOLHÃO»
e «CAROCHA» e para o pessoal:
«ODELEITE» e «ODEMIRA»

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

n/m «Rita Maria» de 3.600 T. e para 70 passageiros e n/m «Manuel Alfredo» de 3.600 T. e para 12 passageiros

CARREIRAS DE LISBOA PARA:

NORTE DA EUROPA • NORTE DE ÁFRICA • CABO VERDE • GUINE • ANGOLA
ARGENTINA • ESTADOS UNIDOS • TERRA NOVA • GROENLANDIA
E COSTA DE PORTUGAL

A COMPANHIA QUE MAIS NAVIOS TEM AO
SEU SERVIÇO, CONSTRUÍDOS EM PORTUGAL
NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA UNIÃO
FABRIL NO BARREIRO E EM LISBOA

TOSSE ?

HORAS CALMAS



COM

BENZO-DIACOL